

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO**

**ADOÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO DOS  
PROCEDIMENTOS DE ADOÇÃO E A UTILIZAÇÃO DA INFORMALIDADE  
COMO ALTERNATIVA AO SISTEMA MOROSO**

**NATÁLIA PAULA CREMONÊZ DOS SANTOS VILARDO**

**RIO DE JANEIRO  
2018/ 2º SEMESTRE**

**NATÁLIA PAULA CREMONÊZ DOS SANTOS VILARDO**

**ADOÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO DOS  
PROCEDIMENTOS DE ADOÇÃO E A UTILIZAÇÃO DA INFORMALIDADE  
COMO ALTERNATIVA AO SISTEMA MOROSO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Profa. **Lívia Teixeira Leal**.

**RIO DE JANEIRO**  
**2018/ 2º SEMESTRE**

NATÁLIA PAULA CREMONÊZ DOS SANTOS VILARDO

Cremonêz dos Santos Vilar do, Natália Paula

ADOÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO  
DOS PROCEDIMENTOS DE ADOÇÃO E A UTILIZAÇÃO DA  
INFORMALIDADE COMO ALTERNATIVA AO SISTEMA  
MOROSO / Natália Paula Cremonêz dos Santos Vilar do. -- Rio de  
Janeiro, 2018. 80 f

Orientadora: Livia Teixeira Leal.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito,  
Bacharel em Direito, 2018.

1. Adoção. 2. Abandono infantil. 3. Informalidade. 4. Adoção à  
brasileira. 5. Socioafetividade.

I. Teixeira leal, Livia. orient. II. Título.

**NATÁLIA PAULA CREMONÊZ DOS SANTOS VILARDO**

**ADOÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A BUROCRATIZAÇÃO DOS  
PROCEDIMENTOS DE ADOÇÃO E A UTILIZAÇÃO DA INFORMALIDADE  
COMO ALTERNATIVA AO SISTEMA MOROSO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da Profa. **Lívia Teixeira Leal.**

Data da Aprovação: 04/12/2018.

Banca Examinadora:

---

**Orientador: Profa. Ms. Livia Teixeira Leal.**

---

Membro da Banca: Vitor de Azevedo Almeida Junior

---

Membro da Banca: Elisa Costa Cruz

**RIO DE JANEIRO**  
**2018/ 2º SEMESTRE**

Dedico este trabalho a minha sobrinha Sara, por quem guardo enorme amor e cuidado, estará sempre em meu coração. E também aos meus pais, que me incentivaram até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que permanece fiel mesmo quando somos infiéis e até aqui me sustentou e me guardou. Sem Ele, nada eu poderia fazer.

Agradeço à minha orientadora, Lívia Leal, que, com paciência e maestria me conduziu da melhor maneira possível, dando assistência nos mínimos detalhes e contribuindo para que meu trabalho ficasse o melhor possível. Eu não poderia ter achado melhor orientadora.

Agradeço aos meus pais e minha irmã, que me apoiaram em todo o tempo, apesar das diferenças. Foram eles que fizeram minha torcida mais verdadeira, cada um ao seu jeito e reconheço ter chegado até aqui, meu sonho, por tudo o que fizeram por mim.

Agradeço aos meus amigos, principalmente à Luísa Gouvêa, amiga incansável que me suportou – nos melhores sentidos da palavra, de dar suporte e aguentar minhas crises também – além de ser a pessoa que mais acredita em mim, quando nem eu mesma consigo acreditar. Meu muito obrigada pela amizade, pela força e pela insistência. Meus amigos foram meu apoio nestes longos anos de faculdade.

Agradeço aos meus líderes e ex-líderes, que fortaleceram minha fé no decorrer desse tempo e acompanharam cada fase da minha vida para que eu chegasse até aqui. Gabriel e Bruna em especial, sempre com palavras de sabedoria. Hannah, com algum ensinamento e um encorajamento. Obrigada.

Agradeço, por fim, aos funcionários da padaria em que frequentei todos os dias da minha jornada de monografia para tomar um café e, com muita simpatia, acompanharam meus dilemas e se preocuparam a cada dia com meu desempenho.

## RESUMO

O presente trabalho trata do sistema da adoção no Brasil, a partir de uma análise crítica e reflexiva a respeito das consequências de seu aparelhamento burocrático e moroso, em detrimento do desencontro dos números estatísticos entre pretendentes à adoção e crianças esperando uma família. Observando desde o histórico de abandono no território brasileiro e passando por toda a evolução legislativa sobre o tema, o objetivo da pesquisa é compreender a razão pela qual os indivíduos buscam métodos informais e, até mesmo, ilegais, para adotar quando são oportunizados pelo Estado de serem adeptos do expediente legal. Por fim, este estudo pretende contribuir com alternativas efetivas e reais para remodelar o modo de pensar a lógica de adoção utilizada no país, de modo a avaliar a parentalidade sob o viés da socioafetividade.

**Palavras-chave:** adoção; adoção à brasileira; abandono infantil; informalidade; expediente legal; parentalidade; socioafetividade.

## ABSTRACT

The presente work delas with the system of adoption in Brazil, based on a critical and reflexive ananalysis of the consequences of its bureaucratic and time-consuming apparatus,to the detrimento of the mismatch of statistical numbers between candidates to adoption and children expecting a family. This paper also brings observations on the history of abandonment in Brazilian territory, passing through all the legislative evolution on the subject. The obkective of the research is to understand the reason why individuals seek informal and even ilegal methods to adopt when they are opportunized by the State to be adepts of legal form. Finally, this study intends to contribute with effective and real alternatives to remodel the way of thinking the logic of adoption used in the country, in a way it can evaluate the parenting under the bias of the socioaffectivity.

**Keywords:** adoption; informal adoption; child abandonment; informality; legal form; parenting; socioaffectivity.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 – A ADOÇÃO E O CONTEXTO HISTÓRICO DE ABANDONO NO BRASIL .....</b>	<b>12</b>
1.1 Origens da adoção no Brasil. ....	12
1.2. Novo dimensionamento da adoção: uma família para a criança.....	21
<b>2 – A ADOÇÃO NO SISTEMA JURÍDICO .....</b>	<b>30</b>
2.1. Conceito de adoção.....	30
2.1.1. Natureza jurídica de adoção. ....	34
2.1.2. Requisitos para habilitação à adoção. ....	36
2.1.3. Impedimentos à adoção. ....	42
2.2. As diversas formas de adoção no Brasil.....	44
2.3. Mudanças legislativas no instituto da adoção: Lei nº 12.010/09 e Lei nº 13.509/17 como alterações relevantes para o estudo da adoção.....	52
<b>3 – PROPOSTAS PARA A ADOÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>58</b>
3.1. Problemas decorrentes do modelo vigente: burocratização e excessiva espera. ....	58
3.1.1. A burocratização como obstáculo ao expediente legal. ....	58
3.1.2. Preferências pessoais e prioridades do Estado. ....	62
3.2. Alternativas ao problema da burocratização da adoção no Brasil. ....	66
3.2.1. Adoção à brasileira. ....	66
3.3. Hipóteses contributivas: soluções legais à burocratização da adoção.....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

A adoção no Brasil tem suas origens sobretudo no abandono infantil e na perspectiva de um Direito de Família que caminha ao sabor do dinamismo social e conseqüentes progressões legislativas acerca dele. Antes observada como uma ferramenta de oferecer filhos a quem não podia tê-los, por quaisquer razões que fossem, em seguida, a adoção passou a ser notada como uma instrumentalização dos direitos fundamentais e da dignidade humana para a criança em desenvolvimento: eis que o instituto em questão oportunizou uma família ao infante que não possuía. Com o novo dimensionamento a respeito da adoção, novas pautas surgem para a discussão, como, por exemplo, o reconhecimento da adoção à brasileira, que, até o presente momento mantém-se como conduta tipificada pelo Código Penal, mas apresenta-se mais atrativa aos pretendentes pela superação da morosidade enfrentada no Judiciário.

Em um primeiro momento, para plena compreensão acerca dos entraves que hoje tornam a adoção um procedimento altamente demorado e desgastante para as partes, é de bom tom entender as razões pelas quais o legislador histórico e o contemporâneo assim o tornaram. Isto é, a construção do sistema adotivo no país passou por uma estruturação baseada na proteção do infante e dos próprios interessados na adoção, com o fim último de preservar as intenções destes últimos em relação aos primeiros. Contudo, muito embora a atividade legislativa tenha caminhado neste sentido, o seu resultado produziu frutos diametralmente opostos ao desejado: filas para adotar, anos de espera, crianças crescendo sem pais, pais envelhecendo sem filhos adotivos.

Assim, a adoção à brasileira ganhou destaque na jurisprudência do direito de família, porquanto solucionou, ao “jeitinho brasileiro”, o problema da morosidade. Isso significa que, para fugir das longas esperas que beiram anos, os pretendentes à adoção passaram a burlar o formalismo estabelecido em lei, para alcançar o objetivo de construir uma família. É neste conflito entre a necessidade de reconduzir os trâmites da adoção para o controle jurisdicional e retirar a atração à informalidade e, em muitos casos, à ilegalidade que o direito brasileiro encontra seu maior desafio atualmente.

Diante deste cenário é que o presente trabalho busca alternativas legais que contornam os obstáculos advindos do excesso de burocracia que, ao invés de do desejado, qual seja, agilizar todos os procedimentos de habilitação com a devida proteção do Estado, torna-os

excessivamente onerosos para as partes que se submetem a ele. Partindo do pressuposto de que a burocracia em larga escala tornou-se um problema, é preciso conciliar a tutela da criança em desenvolvimento com o seu melhor interesse, que, notadamente, não é crescer anos sem uma família se desenvolver enquanto sujeito de direitos, atribuição dada pela Constituição Federal/1988. Neste sentido, a relevância da pesquisa se apresenta latente, visto que há urgência na remodelação dos métodos de efetivação dos direitos fundamentais do infante por meio da adoção.

Portanto, para que se alcance a finalidade para a qual se propõe, o trabalho reflete sobre a implementação de políticas públicas práticas e funcionais, em detrimento de uma mera diretriz teórica para superar os problemas que a adoção se submete, hoje, enquanto instituto garantidor de um comando constitucional pautado na dignidade humana e nos princípios do melhor interesse da criança e do adolescente, sua proteção integral, bem como prioridade absoluta.

## 1 – A ADOÇÃO E O CONTEXTO HISTÓRICO DE ABANDONO NO BRASIL

### 1.1 Origens da adoção no Brasil.

A adoção constitui um instrumento histórico no exercício da parentalidade para as sociedades e, por ser um instituto direcionado ao reconhecimento de vínculos de parentesco, tendo em vista que trata de relações humanas, deve ser revisto com o decorrer das mudanças sociais. Neste sentido, relevante se faz o estudo aprofundado do seu conceito e, consequentemente, de seus efeitos.

A mencionada análise deve perpassar pelas origens da adoção no mundo antigo, período em que o objetivo principal em agregar alguém que não biológico na família era unicamente religioso. Isto é, para que se desse prosseguimento aos cultos domésticos, era necessário que os descendentes assim o fizessem. Admitindo a hipótese de famílias nem sempre possuírem alguém para tal, perseguiram, então, a adoção para assegurar o seu continuador. É o que se depreende da obra de Caio Mário<sup>1</sup>, senão vejamos:

A necessidade de propiciar os deuses familiares levou os povos antigos a criar situações jurídicas especiais destinadas a assegurar um continuador do culto doméstico, a quem não tivesse descendente. Um dos mais difundidos foi a *adoção*, que funcionava como uma *fictio iuris*, pela qual ‘uma pessoa recebia na família um estranho na qualidade de filho’.

É possível, inclusive, achar menção da adoção nos sistemas jurídicos da antiguidade, como, por exemplo, nos Códigos de Hamurabi, Manu, no Deuteronômio, na Grécia Antiga e em Roma, onde o instituto teve seu apogeu<sup>2</sup>. Em território brasileiro, por exemplo, em que a construção cívico-social se mostrou mais recente frente aos sobrecitados, a adoção sempre teve prescrição em lei, visto que era conhecida nas Ordenações do Reino, que vigeram no Brasil após a independência.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições do Direito Civil**. Volume V. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense, 2011, p. 403.

<sup>2</sup> MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso De Direito Da Criança E Do Adolescente: aspectos práticos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Lumen Juris, 2007, p. 172.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 173

No entanto, cabe lembrar que o presente trabalho delimitou sua pesquisa no espaço geográfico nacional, razão pela qual não haverá aprofundamento dos desdobramentos referentes a adoção em maneira detalhada. Desta forma, no Brasil, o referido instituto teve seu lugar também modificado não só juridicamente, como socialmente, apesar de já ter previsão legal. Tendo em vista a evolução do entendimento a respeito das crianças e adolescentes, é de se observar que estas ocuparam o segundo plano no que toca às garantias fundamentais e tutela do próprio Estado. Isso porque, até o advento da Constituição Federal/1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente/1990, elas eram meramente reflexos de seus pais, como uma extensão de sua personalidade e patrimônio. Neste sentido é justamente o que também sustentam Fernanda da Silva Lima e Josiane Rose Petry Veronese<sup>4</sup>:

Relatar a história das crianças no Brasil também significa retratar a história das instituições que surgiram para garantir-lhes uma suposta proteção, uma suposta vigilância. Da mesma forma também é possível a compreensão a partir dos instrumentos jurídicos, pois no desenrolar legislativo é perceptível que a infância sempre teve um papel secundário na sociedade.

Além disto, Tânia da Silva Pereira retratou também o cenário sócio-jurídico daqueles que ainda não tinham completado a maioridade, em um retrato verossimilhante, ao destacar o progresso legislativo não só no âmbito nacional, mas igualmente no internacional quando o assunto era a criança em desenvolvimento:

A história da humanidade é a história dos adultos. Se hoje a criança e o adolescente são sujeitos de direitos, reconhecidos no ordenamento jurídico nacional e internacional, objeto de amor e de intensa proteção e afetividade da família, é preciso lembrar que nem sempre gozaram dessa privilegiada situação<sup>5</sup>.

Seguindo nesta perspectiva, fato é que o desamparo infantil se mostrou uma das consequências da sistemática que não incluiu o menor como sujeito de direitos na sociedade, pelo menos não formalmente. Assim, o abandono aparece historicamente na época colonial, ocasião em que mães solteiras não criavam seus próprios filhos, sobretudo em razão do momento em que viviam: uma sociedade com valores diferentes dos atualmente vigentes. Isto

---

<sup>4</sup> LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente: a Necessária Efeetivação dos Direitos Fundamentais**. Volume V, Coleção “Pensando o Direito no Século XXI”. Santa Catarina: Fundação Boiteux, 2012, p. 13

<sup>5</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. Em busca do melhor interesse da criança. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Encarte especial baseado na palestras e debates do seminário Além da adoção, realizado em 29 de agosto, no Teatro Eva Hertz, em São Paulo. São Paulo, pp. 6-7, out. 2011.

é, ter um filho fora do casamento representava algo desligado aos princípios de boa conduta e de moralidade. Assim, para contornar a discriminação e a opressão social, muitas crianças ou mesmo bebês eram desamparados pelo abandono, como se vê no trecho abaixo:

As mães iriam para as vilas não só devido à existência de estabelecimentos especiais para acolher seus filhos, mas também porque nas localidades de origem a criança ilegítima e o escândalo disso decorrente impediam as mães de encontrar alojamento e trabalho. Nas vilas existiam pessoas que, sob remuneração, ofereciam seus serviços às moças grávidas, e às mães solteiras. Não só os serviços de parteira, mas também de ajuda àquelas que quisessem se livrar do fruto de amores ilícitos. Algumas chegavam a fazer anúncios em jornais, como foi constatado por Molin, em seu estudo sobre Milão. Essa prática parece comum também em outras regiões da Europa no século XVIII<sup>6</sup>

Notadamente, o preconceito era um dos fatores mais relevante para contribuir com as situações trágicas do abandono, como a sujeição das crianças à morte, doenças e fome<sup>7</sup>. Outro elemento determinante era a pobreza, que, muitas vezes, impossibilitava as famílias de sustentarem tantos filhos. É bem verdade que as crianças abandonadas, à época, não eram consideradas à luz dos direitos mais básicos de qualquer indivíduo, na medida em que eram consideradas apenas “enjeitadas” ou “expostas” (referência à nomenclatura “*Roda dos Expostos*” ou “*Roda dos Enjeitados*”). É o que se depreende da explicação de Kátia Maciel<sup>8</sup>:

Para o cuidado das crianças expostas ou enjeitadas (os termos utilizados naquela época para denominar as crianças abandonadas) foram instituídos os orfanatos, dentro de todo um espírito cristão de exercer o amor e a caridade e de evitar o infanticídio. A legislação colonial determinava que os hospitais cuidassem das crianças abandonadas e, em sua falta, as Santas Casas de Misericórdia.

Nesta ótica, cumpre lembrar o papel da Igreja, cujos valores perseguem a solidariedade e o altruísmo, para dar solução àqueles que não tinham mais esperança na vida. Neste contexto, surgiu a Roda dos Expostos – ou Roda os Enjeitados, Roda da Misericórdia –, sob influência do papa Inocêncio III, com a finalidade de receber bebês de gravidezes indesejadas.<sup>9</sup> As ditas

---

<sup>6</sup> TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 35-58, Set. 1999. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02.set.18

<sup>7</sup> FERREIRA, Bruno. **Roda dos Expostos: Primeiro Programa de Assistencialismo a criança – 1726-1950**. Disponível em: <<http://almanaque.weebly.com/roda-dos-expostos.html>>. Acesso em 02.set.2018.

<sup>8</sup> MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos práticos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Lumen Juris, 2007, p. 173.

<sup>9</sup> BRASIL. **Roda dos Expostos: primeiro programa de assistencialismo a criança – 1726-1950**. Disponível em: <<http://almanaque.weebly.com/roda-dos-expostos.html>>. Acesso em 02 set. 2018.

Rodas eram localizadas próximas aos conventos, e de formato cilíndrico, giravam, fazendo com que se preservasse a identidade dos pais que desejassem entregar a criança para ser adotada, já que havia um lado aberto e o diametralmente oposto, fechado. É o que se depreende da explicação de Kátia Maciel<sup>10</sup>:

Havia a necessidade de ser preservada a identidade dos pais da criança que era objeto de um “mau passo”, da “lascívia” dos pais, considerados pecadores. Da mesma forma, a necessidade de se preservar a vida das crianças, que, pelo espírito cristão, não podiam ser responsabilizadas pelos pecados de seus pais. Assim, foram criadas as Rodas dos Expostos que ficavam localizadas nas Santas Casas de Misericórdia ou em Conventos. Era uma mesa giratória que ficava com sua abertura virada para a via pública; na parte aberta da roda era colocada a criança e a pessoa que a levava girava a alavanca, fazendo com que a mesa girasse para o interior do prédio, fechando a parte externa.

Importante ressaltar que a análise aqui encontra uma dupla proteção: em primeiro plano, aparentemente, tutela-se pela identidade somente dos pais envergonhados e com medo pelo preconceito possivelmente sofrido ou daqueles que não possuíam condições financeiras de sustentar mais uma criança. Contudo, aprofundando a discussão, percebe-se que aqui, muito embora nesta época não se entendesse aquela criança como sujeito de direito e em pé de igualdade com outros filhos caso fosse adotada, já existia a preocupação com o futuro de um indivíduo que sofreria consequências do abandono de seus pais.

De fato, caminhando em passos apertados, mas não desmerecidos, a sociedade, de modo geral, atentou para a criança em desenvolvimento. Tal é a veracidade da afirmação, que, tendo em vista o contexto de abandono conhecidamente corriqueiro à época, viu-se a obrigação social de equalizar os principais elementos deste problema no seio da população nativa. É dizer, ainda que não alcançasse a plenitude de seus direitos, o menor possuía alguma visibilidade nos diversos âmbitos aqui colocados.

Nesta lógica, a Roda dos Expostos revelou-se uma espécie de instituto de iniciativa pública para resolver a questão histórica e recorrente do abandono infantil, ao mesmo tempo que prevenia o infanticídio. Desta maneira, depois de girada a aludida roda, acionava-se um sino para que algum funcionário – ou freira – tomasse a criança para o devido encaminhamento ao orfanato. Ainda visando à proteção da identificação dos pais, o local em que se encontravam as

---

<sup>10</sup> MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. *Op. Cit.*, p. 173 e 174.

rodas era distanciado dos grandes centros, em lugares pouco movimentados. Inclusive, uma das mais conhecidas Rodas foi a “Roda dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro”.<sup>11</sup>

Ao analisar a temática da Roda dos Expostos com maior delicadeza e profundidade, é possível inferir que ela representou uma ferramenta que envolvia os âmbitos não só sociais e familiares, mas também aqueles de ordem patrimonial. Isto é, há quem diga que a mencionada Roda servia como uma espécie de escape, ora para minimizar a divisão de riquezas nas sucessões, ora para desconstruir qualquer tipo de imagem menos nobre e conveniente às famílias mais ricas. É justamente o que se depreende do trecho da doutrina de Marcílio<sup>12</sup>:

Logo, percebe-se que a roda dos expostos surgiu na verdade para proteger de alguma forma os senhores, a burguesia, pois muitas vezes tais enjeitados eram filhos destes, que de forma bem cômoda colocavam na roda, para *não se dividir a herança, para não abalar a imagem da “nobre” família* e para poder continuar explorando a mãe dessa criança. Porém, a Santa Casa de Misericórdia (nome dado ao local onde se localizava a Roda dos Expostos) não poderia acolher todas as crianças, pois não teria lugar para tantas. Então, preocupada com essa situação, *a Roda buscava casas de famílias que pudessem receber as crianças como aprendizes no caso dos meninos de algum ofício ou ocupação e das meninas como empregadas domésticas*. Em Santa Catarina a roda dos expostos surgiu em 1828 e se extinguiu em 1990. As primeiras rodas dos expostos foram instaladas em Salvador, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo. – grifos adicionados.

Assim, como adiantou o texto em destaque, a Roda dos Expostos transpassava a área familiar para causas e consequências: ela era um mecanismo encontrado para burlar os considerados “problemas” da população não só pobre, mas também da rica. Por esta razão, importante ressaltar que a Roda dos Expostos não era a melhor forma de superar as adversidades oriundas do abandono. Tanto o é, que, conforme Maria Luisa Marcílio também indica, houve, então, uma movimentação no sentido de acabar com este instituto, visto que não apresentava as condições consideradas adequadas para tratar crianças e adolescentes em desenvolvimento.<sup>13</sup> Isto é, o motivo pelo qual a mencionada Roda não trouxe soluções adequadas está na

---

<sup>11</sup> *Idem, Ibidem, Loc. Cit.*

<sup>12</sup> MARCÍLIO, Maria Luisa. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 1999, p. 64.

<sup>13</sup> “Aqui no Brasil, igualmente iniciou-se movimento para a extinção da Roda dos Expostos, que partiu inicialmente dos médicos higienistas, horrorizados com os altíssimos níveis de mortalidade reinantes dentro das casas dos expostos, entretanto, o movimento insere-se também na onda da melhoria da raça humana, levantada com base nas teorias evolucionistas pelos eugenistas.” (MARCÍLIO, Maria Luisa. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 1999, p. 66).



comprovação do desvio de função a que ela se prestava inicialmente. Além disto, é de fácil entendimento que elas não apresentavam as adequadas condições para atender às necessidades de todos os infantes a ela submetidos.

Nesta toada, cabe verificar que o abandono infantil deixou um complexo histórico no território nacional, ao passo que não encontrou plena solução pela Roda dos Expostos, esta última que também não cuidou adequadamente do problema em profundidade, quando não extinguiu as causas mais banais resultantes dele. Como o direito se propõe a regular os fatos decorrentes de interação humana, aqui está a importância da normatização da adoção no sistema jurídico brasileiro.

Para superar as adversidades de uma legislação que abria margem para o abandono, o maior questionamento para o estudo da adoção no Brasil é justamente como tutelar a criança e o adolescente frente à ausência de instrumentos legais realmente efetivos no intuito de prevenir infanticídio, o próprio abandono e a falta de prioridade no interesse da pessoa em desenvolvimento. Neste sentido, essencial se fez, na evolução legislativa, a criação de dispositivos voltados para equalizar as desproporções históricas no trato do infante.

Partindo de uma linha histórica no contexto pátrio, iniciou-se o regulamento do instituto da adoção nas Ordenações Filipinas, tendo sido a referida lei promulgada em 22 de setembro de 1828<sup>14</sup>, com traços do direito português. Aqui, já determinado pela via judicial, o instituto adotivo era confirmado pelo juiz, que analisava o ânimo dos pretendentes em audiência e liberava a “carta de perfilhamento”. Mais adiante, surgiram novos diplomas legais que começaram minimamente a tratar do tema também, como, por exemplo, o Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, a Consolidação das Leis Civis de Teixeira de Freitas e a Nova Consolidação das Leis Civis de Carlos de Carvalho, com sua publicação em 1915.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> BRASIL. **Lei de 22 de setembro de 1828**. Extingue os Tribunaes das Mesas do Desembargador do Paço e da Consciencia e Ordens e regula a expedição dos negocios que lhes pertenciam e ficam subsistindo. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html)>. Acesso em 03.set.2018

<sup>15</sup> CUNHA, Tainara Mendes. A evolução histórica do instituto da adoção. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 28 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.34641&seo=1>>. Acesso em: 12 set.2018

Importante evidenciar que, embora já houvesse um delineamento de diretrizes para adoção, a legislação só passou a ser mais robusta neste sentido a partir do Código Civil de 1916, cujos onze artigos – do art. 368 ao 378 – abordavam com maior cuidado a temática. Estes dispositivos, no entanto, restringiam bastante os requisitos a serem preenchidos pelos pretendentes à habilitação adotiva. Para analisar as condições que deveriam ser reunidas por aqueles que desejam adotar, é preciso notar que, à época, o legislador preocupou-se com os interesses destes, mas não dos próprios adotados.

Tal é a veracidade da afirmação, que basta observar que um dos pontos exigidos era justamente a ausência de prole legítima. Não obstante, outros pressupostos aliados a este inviabilizavam, muitas vezes, que a adoção fosse difundida como instrumentalização de direitos para a criança e materialização da dignidade humana. Até porque, até o momento narrado, não havia a noção clara de direitos fundamentais, nem de dignidade da pessoa humana, questões amplamente difundidas com a promulgação da Constituição da República Federativa de 1988.

Outras exigências para adotar eram, por exemplo, a idade mínima de cinquenta anos, a impossibilidade de duas pessoas adotarem na hipótese de não serem casadas, a diferença de idade entre adotante e adotado em, minimamente, dezoito anos, possibilidade de dissolução da adoção por acordo das partes ou por ingratidão do adotado. Basicamente, os elementos trazidos no texto legal do Código de 1916 mostravam que ainda havia a criação de leis que transitavam ao sabor das conveniências puramente adultas.

Além disto, cumpre lembrar, também, que os requisitos se apresentavam de modo cumulativo. Isto é, não bastaria possuir mais de cinquenta anos, precisaria de as outras exigências apontadas nos artigos reguladores da adoção para que se cogitasse a possibilidade de alguém adotar. Nesta ótica, fica límpido o objetivo do instituto adotivo como ferramenta de atendimento aos interesses subjetivos e patrimoniais daqueles que não possuíam ainda descendência.

De fato, o critério etário do referido texto legal da época trazia a ideia de precaução quanto à impulsividade ou imaturidade no que tange à adoção. Há que se destacar, contudo, que a escolha desta determinação reforçou o conceito antigo de adotar, qual seja, dar um filho a quem

não pôde ter em razão de alguma circunstância alheia à sua vontade. Em seguida, a próxima lei caminhou para o entendimento assistencial da adoção.

Ou seja, é a partir da Lei 3.133/57 que a adoção começou a ser vista sob visão diferente: pressupondo menor idade que antes para pretender adotar, o legislador reduziu, lentamente, o abismo existente entre a intenção e a realidade no âmbito adotivo. Com trinta anos, seria possível se habilitar à adoção, se reunir a condição de ser dezesseis anos mais velho que a adotando. Outra interessante alteração advinda desta lei foi a desnecessidade de não ter filhos legítimos, além de comprovada estabilidade conjugal após cinco anos de matrimônio. É o que se depreende do art. 1º do mencionado diploma legal, que emprestou nova redação aos artigos 368 e 369 do Código Civil de 1916:

Art. 1º Os artigos 368, 369, 372, 374 e 377 do Capítulo V - Da Adoção - do Código Civil, passarão a ter a seguinte redação:

Art. 368. Só os maiores de 30 (trinta) anos podem adotar.

Parágrafo único. Ninguém pode adotar, sendo casado, senão decorridos 5 (cinco) anos após o casamento.

Art. 369. O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesseis) anos mais velho que o adotado.

Percebe-se, aqui, que estas alterações buscaram dar novas perspectivas ao instituto da adoção: facilitar o que era altamente restritivo, dar maior visibilidade. Apesar da tentativa legislativa de amenizar os requisitos dos pretendentes a adotar, observa-se que ainda não foi suficiente para desestruturar uma visão que não cabia mais ao direito civil, sobretudo no âmbito da família. Soma-se às inovações normativas a possibilidade de acrescer o nome da família do adotante ao adotado, em manifesto avanço nos direitos deste último.<sup>16</sup>

Em seguida, surge a Lei 4.655/1965 na linha histórica legislativa referente à adoção. Nela, mais uma superação no direito de família: eis que a igualdade aparece, mesmo que timidamente, na análise entre filhos considerados, à época, legítimos e os adotivos, ressalvados os casos de

---

<sup>16</sup> Art. 2º No ato da adoção serão declarados quais os apelidos da família que passará a usar o adotado. Parágrafo único. O adotado poderá formar seus apelidos conservando os dos pais de sangue; ou acrescentando os do adotante; ou, ainda, somente os do adotante, com exclusão dos apelidos dos pais de sangue. – BRASIL. Lei 3.133/57. Atualiza o instituto da adoção no código civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm)>. Acesso em 12.09.18.

sucessão, ocasião em que a isonomia não era mais tutelada pela lei. Aqui surge o termo “legitimação adotiva”, conceituada por Antônio Chaves<sup>17</sup> como:

(...) a outorga judicial, de efeitos constitutivos e com as condições de segredo, irrevogabilidade e total desligamento da família de sangue, obedecidos os requisitos fixados em lei, a um menor até sete anos de idade, abandonado, órfão ou desamparado, do estado de filho legítimo de um casal, excepcionalmente de pessoa viúva, com ressalva dos impedimentos matrimoniais e do direito de sucessão se concorrer com filho legítimo superveniente

Tendo em vista o conceito apresentado, cabe indicar que a legitimação adotiva se distinguia do procedimento comum de adoção, visto que tratava de casos em que a criança possuía até sete anos e se encontrava em contexto de abandono, inclusive com a diferença de que os vínculos familiares são extensos nesta hipótese, ao passo que, neste tempo, a adoção não era signatária dos mesmos efeitos neste sentido. A propósito, a referida lei de 1965 trouxe a irrevogabilidade da legitimação adotiva dispondo tal conteúdo em seu art. 7º, o que também prosseguiu no avanço para que a adoção se tornasse o que é hoje e verificaremos mais adiante.

Igualmente relevante, a Lei nº 4.655/65 tornou a legitimação adotiva um marco extintivo para as relações com a família original do adotado, questão considerada primordial para o próprio conceito adotivo: a substituição de famílias pressupõe novo vínculo, razão pela qual há que se falar em rompimento de parentesco com a família original, por força do §2º do art. 7º do citado diploma legal. Dessa maneira, as obrigações e os respectivos deveres legais para com a antiga família cessam, para dar lugar aos diretos e deveres relativos ao novo seio familiar.

Seguindo na linha cronológica do progresso legislativo, surge a Lei nº 6.697, em 1979, conhecida por “Código de Menores”. Este revogou expressamente a Lei nº 4.655/65, passando a vigorar a adoção simples e adoção plena, em substituição à legitimação adotiva. Enquanto a primeira dependia somente de Escritura Pública para instrumentalização da adoção para aqueles que tinham idade igual ou superior a dezoito anos, a segunda guardava relação com a participação direta do Estado nesta decisão. Caio Mário, em brilhante lição, conceitua o novo instituto que substituiu a legitimação adotiva, senão vejamos:

O instituto da “adoção plena” é uma criação do direito moderno, embora reminiscências bizantinas (*affiliatio*), mediante a utilização de um processo mais

---

<sup>17</sup> CHAVES, Antônio. **Adoção, Adoção Simples, Adoção Plena**. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais. 1983, p.185.

complexo do que a “adoção simples”, porém revestido do alto mérito de proporcionar a integração da criança ou do jovem à família adotiva<sup>18</sup>

Neste diapasão, em um comparativo elementar, enquanto a adoção simples utilizava um contrato entre as partes, notadamente regida pelo Código Civil de 1916, a adoção plena estava regulada sob o manto do Código de Menores, e tinha atuação direta do Estado, o que, pra Caio Mário, trazia maiores possibilidades de sucesso na efetiva integração do infante à sua nova família, já que assim haveria ferramentas adequadas para proporcionar uma relação mais consistente de parentalidade e filiação.

Como qualquer instituto presente na sociedade, a adoção ganhou novos contornos ao longo do tempo e, se estruturou instrumento de direitos para as crianças de forma mais clara a partir da Constituição Federal/1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente/1990. Isso significa dizer que, até o Código de Menores, adotar ainda era visto como algo que garantia direitos aos pretendentes, mas pouco se compreendia ela como ferramenta de garantia de dignidade para infantes. Por isso, o próximo tópico abordará de que maneira a transição de entendimento acerca do tema ocorreu e como ela ainda apresenta falhas que podem ser supridas.

## **1.2. Novo dimensionamento da adoção: uma família para a criança.**

A partir da Constituição Federal/1988, seguindo mais adiante, quase dez anos depois, houve uma revolução nas mais diversas áreas do direito e, como não poderia ser diferente, o direito de família, sobretudo no âmbito da criança e do adolescente em desenvolvimento. Isso porque, além de positivizar dispositivos mais eficazes para a tutela de direitos infantis e juvenis, a Constituição abrigou princípios muito relevantes para a temática que toca o presente estudo. Neste sentido, a Carta Magna representou uma nova perspectiva jurídico-social da criança e do adolescente: como sujeitos de direito.

Sob a égide da dignidade da pessoa humana, a Carta Maior se revelou uma tentativa de materializar garantias que até então não haviam sido efetivadas. Neste sentido, em primeiro lugar, cumpre apontar que os princípios constitucionais possuem grande influência para assegurar direitos fundamentais que antes não eram atrelados a criança e ao adolescente. É

---

<sup>18</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições do Direito Civil**. Volume V. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense, 2011, pag. 406

dizer, sob a nova perspectiva, a família ganhou novos desenhos institucionais: a adoção não serviria apenas para dar filhos a quem não conseguia biologicamente gerar prole, mas agora, mais que isso, desempenharia papel fundamental em dar uma família a quem não tem, efetivando o direito fundamental à convivência familiar.

A propósito, para Cristiano Chaves e Nelson Rosendal<sup>19</sup>, a Constituição Federal/88 surgiu “superando períodos pouco saudáveis, marcados pela discriminação e preconceito” e “consagrou proteção isonômica aos filhos, afastando todo e qualquer (odioso) tratamento discriminatório”, ao comentar brevemente sobre os artigos 226 ao 230, do mesmo diploma legal. Dessa forma, inicialmente é de se destacar a relevância da quebra de paradigma operada pela igualdade entre filhos estabelecida pelo ordenamento jurídico em sua hierarquia máxima.

Como um dos pilares do ordenamento jurídico brasileiro e um dos maiores reflexos do princípio da dignidade da pessoa humana – art. 1º, III, CF/88 -, a igualdade representou para o instituto adotivo a superação, mesmo que gradual, dos preconceitos antes enraizados na sociedade no que tange à diferenciação de filhos biológicos e não-biológicos. Em tempo, bem lembrou Paulo Lobo a respeito do tema:

(...) a filiação não é um dado da natureza, e sim uma construção cultural, fortificada na convivência, no entrelaçamento dos afetos, pouco importando sua origem. Nesse sentido, o filho biológico é também adotado pelos pais, no cotidiano de suas vidas<sup>20</sup>.

Tendo em vista a boa observação sobre a transformação do conceito familiar no âmbito brasileiro em virtude da promulgação da Constituição em 1988, não há mais que se falar em filhos legítimos e ilegítimos, por exemplo. Fato é que todos os filhos são considerados igualmente legítimos para direitos e deveres, inclusive no que toca a temática patrimonial. É dizer, se antes o filho adotivo não possuía direitos de sucessão, pelo novo dimensionamento constitucional dado ao assunto, ele agora teria de igual maneira ao do filho biológico. Acertadamente agiu o legislador, portanto, ao igualar os filhos no seio familiar e da mesma maneira explicou José Afonso Silva<sup>21</sup>, como se vê adiante:

---

<sup>19</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 10ª Edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018, p. 984

<sup>20</sup> LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 2011. p. 273.

<sup>21</sup> SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional**. Malheiros Editores. 24ª Edição. São Paulo. 2005

O art. 227, §6º, contém importante norma relativa ao direito de filiação, reconhecendo igualdade de direitos e qualificações aos filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, proibidas quaisquer designações discriminatórias a ela relativas. Ficam, assim, banidas da legislação civil expressões como filhos legítimos, filhos naturais, filhos adulterinos, filhos incestuosos.

Notadamente, a Carta Magna representou um marco histórico-social para a adoção. Com um novo conceito de família, o referido instituto ganhou contornos mais flexíveis, sobretudo no que toca a ênfase da tomada de decisão legislativa. Ao incluir o art. 227<sup>22</sup>, a Constituição colocou o infante na posição de sujeito de direitos fundamentais, tal como qualquer outro adulto, não servindo mais como projeções deste. É neste raciocínio que surge, implicitamente, a Doutrina da Proteção Integral da Criança, corroborada também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (“ECA”, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), dois anos após a promulgação da CFRB/1988, em 1990.

Para além disto, a partir deste novo cenário jurídico, retirou-se a regulamentação da adoção do Código Civil, transferindo-a para o ECA. Isso significa dizer que a nova perspectiva acerca do assunto se tornou materialmente visível: o enfoque na criança em desenvolvimento passou a fazer parte da legislação pátria, na medida em que, de forma compassada aos princípios constitucionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente tornou a normatização do procedimento de adoção voltado para os interesses do infante, por ser este sujeito de direitos e não mais um mero coparticipante, com postura passiva, na relação de adoção.

Importante salientar que esta evolução legislativa tem sua origem na Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959 – posterior à Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. Como bem pontuou Heloísa Helena Barboza, a visão sobre a criança no seio familiar a partir de então “deixou de ocupar o papel de apenas parte integrante do complexo familiar para ser mais um membro individualizado da família humana.”<sup>23</sup> Especificamente em relação ao princípio do melhor interesse da criança, norteador das decisões judiciais nos casos

---

<sup>22</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010).

<sup>23</sup> PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. *In*: A família na travessia do milênio. **Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família**. Belo Horizonte: IBDFAM: OAB-MG: Del Rey, 2000, p. 203.

em que envolvem crianças em desenvolvimento, o fundamento originário advém da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, claramente por seu art. 3º, item 1, disposto a seguir:

Art. 3º:

1– Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, *o melhor interesse da criança*. ”<sup>24</sup> - Grifo adicionado.

Em linhas gerais, isto significa dizer que o início de um novo panorama jurídico no direito de família tinha por base, então, a dignidade humana e a proteção integral da criança. Assim, em uma leitura sistemática da CF/88 e do ECA, é possível observar uma mudança significativa para que a adoção fosse vista como um instrumento de concessão de uma família ao infante desprovido dela, não mais como resolução de infertilidade conjugal, por exemplo. Se, antes, a criança e o adolescente eram um meio para algum objetivo, com os princípios constitucionais e aqueles advindos do ECA, eles hoje são a própria finalidade da legislação na temática do direito de família, senão vejamos:

Restou totalmente incompatível o sistema de adoção do Código Civil de 1916, cujo escopo era oferecer a oportunidade de ter filhos a quem não os possuía ou não poderia tê-los por mecanismo biológico-sexual<sup>25</sup>

Como bem indicaram Rosenvald e Cristiano Chaves, claramente, a incongruência das convicções trazidas pelo Código Civil de 1916 e seguintes leis que regulamentavam a adoção não encontra mais espaço com o advento constitucional em 1988 e, posteriormente, com o Estatuto da Criança e do Adolescente. E cabe destacar que estas últimas não só trouxeram a dignidade e a proteção integral à criança e ao adolescente, mas também inseriram a lógica prioritária quando o tema é correlato a eles. É o que diz Tânia da Silva Pereira:

A determinação de prioridade absoluta para a infanto-adolescência como norma constitucional há de se entender por primazia ou preferência para as políticas sociais públicas ‘como dever da família, da comunidade, da sociedade civil e do Poder Público (artigo 227 – CF e artigo 4º - ECA)’<sup>26</sup>.

Se a criança e o adolescente são, por determinação da Constituição de 88, “prioridade absoluta”, caberá à sociedade e à família implantar esta primazia através de medidas

---

<sup>24</sup> BRASIL. **Decreto nº 99.710 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Crianças. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)>. Acesso em 22.out.2018.

<sup>25</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 10ª Edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018, p. 985

<sup>26</sup> PEREIRA, Tania da Silva. **Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996, p. 25



sócio-políticas imediatas e concretas, sobrepondo-as a interesses supérfluos e secundários em nosso texto nacional<sup>27</sup>

Ainda que aparentemente injusto colocar o interesse de uma classe acima de qualquer outro sob o manto constitucional, este princípio encontra-se devidamente adequado aos padrões do ordenamento jurídico brasileiro, já que se trata de ponderação de valores em um cenário de escolhas. Certamente, em determinadas situações, o legislador precisa fazer um juízo de valores quando atua em sua função. Nesta ótica, acertadamente agiu o constituinte quando tornou constitucional a prioridade absoluta às crianças e adolescentes em detrimento de outros setores da sociedade, que muitas vezes podem ter seus direitos tutelados pela via infraconstitucional.

É de se realçar, também, que a disposição pela prioridade absoluta ao infante impõe ao Estado a responsabilidade por iniciativas que atendam necessidades deste público, o que significa dizer que este princípio vincula o orçamento público à efetivação de direitos fundamentais das crianças em desenvolvimento, a fim de que cumpra o que diz a alínea “d” do artigo 4º, ECA<sup>28</sup> c/c art. 227, I<sup>29</sup>. Fica claro, portanto, que o princípio em discussão não se trata de mera formalidade, mas de uma obrigação estatal dotada de grande importância, haja vista inclusive a reserva de parte orçamentária.

Ademais, o disposto no art. 227, CF/88 não trata somente de destinação orçamentária quando o assunto é prioridade absoluta do menor. Ele prevê, em seu §4º, sanção para o abuso sexual da criança e do adolescente, o que evidencia o cuidado do Estado com a dignidade infantil, inclusive no que toca a sexualidade. Neste ponto de vista, é inegável que o avanço legislativo referente à temática dos infantes foi significativo, na medida em que considerou não somente os aspectos básicos da vida deles, mas adentrou nas áreas antes desmerecidas.

---

<sup>27</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito de Família e o Novo Código Civil – Adoção**. 2ª ed., 2ª tir., Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 136-137

<sup>28</sup> Art. 4º, ECA: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: (...) d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

<sup>29</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

Mais adiante, no §5º, o mencionado artigo constitucional positivou a intervenção estatal para o instituto da adoção, inclusive incluindo a possibilidade de adoção internacional. Já no §6º resta incontestável o descabimento de quaisquer posturas discriminatórias quanto aos filhos não-biológicos, em consistente garantia aos direitos fundamentais já tutelados no próprio art. 5º, CF/88, mas agora com a plena menção à questão dos filhos no casamento: eis que inexistem direitos exclusivos da prole advinda do método biológico/natural. É aqui que o ordenamento jurídico pátrio fixou uma das principais garantias necessárias aos adotados, qual seja aquela que os livra de quaisquer julgamentos alheios, inserindo-os na mesma qualidade e condição de filhos “legítimos”.

Retomando e aprofundando a discussão acima iniciada com o surgimento da CRFB/88 e do ECA, soma-se ao novo dimensionamento da adoção no Brasil a importância da Doutrina da Proteção Integral, trazida pelo ECA. Esta rompeu com a ideia de “situação irregular” da criança, ocasião quase única em que esta última era notada pela sociedade. Aliás, conveniente é a lição de João Batista Costa Saraiva<sup>30</sup> a respeito, senão vejamos:

Na Doutrina da Proteção Integral dos direitos, as crianças passam a ser definidas de maneira afirmativa, como sujeitos plenos de direito. Já não se trata de "menores", incapazes, meias-pessoas ou incompletas, senão de pessoas cuja única particularidade é o de estar se desenvolvendo. Por isso se lhes reconhecem todos os direitos que têm os adultos, mais direitos específicos por reconhecer-se essa circunstância evolutiva.

Tendo em vista a introdução de princípios tão indispensáveis à tutela de direitos da criança e do adolescente, destaca-se a transformação do *status* destes, antes entendidos como objetos de repressão, controle e compaixão, em seguida reconceituados para sujeitos de direito, indivíduos separados de seus pais para todos os fins. Isso porque o conjunto normativo constitucional e estatutário infantil reforçaram a necessidade de se exterminar quaisquer resquícios de inferioridade da pessoa em desenvolvimento. Neste sentido, a Doutrina de Proteção Integral contribuiu, com seu trinômio – criança como pessoa em desenvolvimento; necessidade de proteção especial; convivência familiar – para dar nova forma ao direito no que se refere à criança e à adoção, conseqüentemente.

---

<sup>30</sup> SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional**. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 24.

No que se refere à convivência familiar acima destacada, ela foi introduzida pelo legislador no art. 227, CF/88 c/c art. 17, ECA. Representando um expressivo progresso para adoção, este instituto garantido nos dois diplomas legais supracitados assegura a compatibilidade da família que se formará e, ao mesmo tempo, materializa o melhor interesse da criança, princípio também trazido nesta nova fase legislativa para o infante. Isto é, ao determinar a prévia necessidade de convivência mútua entre pretendentes à adoção e adotado, o legislador previne qualquer conflito posterior antes não apontado.

Ao fixar a obrigatoriedade do convívio recíproco entre as partes da adoção, considerando necessária a convivência entre pretendentes e infante a partir de um ano de idade, delimita-se o ponto de partida para a melhor finalidade da adoção: estabelecer vínculos de afeto e amabilidade, cuidado e responsabilidade para com os envolvidos. Neste contexto é que se insere o *poder familiar*, assim conceituado por Maria Helena Diniz<sup>31</sup>:

(...) compreende o conjunto de faculdades encomendadas aos pais, como instituição protetora da menoridade, como fim de lograr o pleno desenvolvimento e a formação integral dos filhos, seja físico, mental, moral, espiritual ou socialmente. A autoridade paternal é o veículo instrumentalizador de direitos fundamentais dos filhos, de modo a conduzi-lo à autonomia responsável.

Com o novo olhar sobre o antigo *pátrio poder*, o poder familiar significou, da mesma forma, uma nova perspectiva sobre a família como um todo: pais não como controladores de indivíduos desprovidos de manifestação volitiva e direitos, mas como garantidores deles na vida de seus filhos. Daí decorre a importância da mudança de visualizar a adoção como instrumentalização do poder familiar em uma nova família configurada. Isso porque o dinamismo social exige que o ordenamento jurídico acompanhe as transformações havidas ao longo do tempo, na medida em que se tornam justas e adequadas para regular as relações interpessoais.

É neste raciocínio que se insere o dimensionamento da adoção tal como o é nos dias de hoje, qual seja, a representação de uma ferramenta de efetivação de direitos fundamentais da criança, um instrumento jurídico de construção socio-familiar a partir de pessoas não nascidas

---

<sup>31</sup> DINIZ, Maria Helena de. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 22. ed. rev. Atual. São Paulo: Saraiva. 2007. v.5.p. 378.

pelo método biológico e um instituto protetor da dignidade humana, sobretudo no que tange à prioridade absoluta, no melhor interesse do infante e na igualdade. Não é difícil perceber, por exemplo, que cada vez mais os juristas se atentam para o dimensionamento contemporâneo da adoção, na medida em que alterações legislativas desenham um esboço de mudança ou, ao menos, tentativa desta.

É o caso da Lei 13.509/2017, mais recente legislação que transformou diversos aspectos da adoção, ao dispor a respeito de entrega voluntária, destituição familiar, apadrinhamento, acolhimento, a entrega do filho em adoção pela gestante, dentre outros assuntos que permeiam a discussão no direito da criança e do adolescente. Talvez uma sólida e fundamental alteração tenha sido aquela que igualou as mães adotivas àquelas de origem biológica no que toca à licença maternidade. Pontos-chaves como este parecem demonstrar a realidade em que a adoção deve ser encarada pelos próximos anos: o exercício da parentalidade e da filiação pelo afeto e pela convivência familiar, independentemente de vínculos genéticos.

Outra mudança que merece destaque para a compreensão dos novos conceitos que explicam a adoção no contexto brasileiro é a fixação do direito da entrega do filho em adoção, tema de que trata o art. 19-A, §5º, ECA. Isso porque há que se considerar o desconhecimento generalizado de que a entrega da criança para a adoção é legal e merece tutela estatal. Em outras palavras, o estabelecimento do direito ao sigilo, nestes casos, é mais um movimento legislativo para garantir às mães, que temem por represálias ou por qualquer outro tipo de preconceito, a livre manifestação de sua vontade em doar a criança para colocação em família substituta. Nesta perspectiva, resta clara a conclusão de que as alterações legislativas recentes buscam um ajuste com os novos moldes a respeito da adoção, de maneira a facilitá-la e descomplicá-la aos olhos populares.

Portanto, com o novo olhar sobre a família e, respectivamente, sobre a adoção, a legislação brasileira passou a garantir direitos até então esquecidos ou não explorados, com a finalidade de atender às necessidades sociais e jurídicas insurgentes. Até este ponto na linha histórica, pode-se notar progressos, mas estes ainda não encontraram espaço na sua totalidade. É preciso que o arcabouço jurídico se preste a efetivamente dar condições de solucionar os problemas enfrentados na adoção: crianças sem famílias e pessoas sem a oportunidade de oferecer um lar a estas. Desta forma, é preciso compreender a adoção de maneira ampla,

observando seu conceito, sua natureza jurídica, suas modalidades admitidas, para a partir de então, mapear os problemas decorrentes do vigente sistema e refletir sobre possíveis propostas e contribuições.

## 2 – A ADOÇÃO NO SISTEMA JURÍDICO

### 2.1. Conceito de adoção.

Adentrando no ponto principal do presente estudo, a adoção não se apresenta como uma definição confusa, pelo contrário, ela é um instituto do Direito Civil que oportuniza às pessoas a terem uma família. Não poderia ser diferente, já que, notadamente, uma família se configura por laços para além dos sanguíneos e, portanto, biológicos. Por meio da adoção, os indivíduos firmam o compromisso de afeto e convívio, independentemente de origem genética. Inclusive, Caio Mário<sup>32</sup> bem elucida o referido conceito, senão vejamos:

A adoção é, pois, o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independentemente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim. Todos os autores lhe reconhecem o caráter de uma *fictio iuris*.

Do conceito trazido pelo célere doutrinador, depreende-se, em primeiro lugar, que a adoção é um ato jurídico. Isto é, a essência dela passa pelas vias judiciais, admitindo-se, assim, que o Estado detém algum controle sobre as novas famílias que se formarão. Em última análise, o significado disto é que o poder estatal marca presença neste tipo de configuração de criação de família justamente para tutelar direitos fundamentais e garantir que a lei seja respeitada para ambas as partes neste processo.

Em segundo lugar, a recepção de novo filho independentemente de vínculo pré-existente é uma outra característica percebida pela conceituação de Caio Mário. Daí decorre, então, uma nova relação de filiação e parentalidade. Desta maneira, a adoção é estabelecida por pessoas que manifestam expressamente a vontade de criar laços mais estreitos. Para tal, é necessário o compromisso de cuidado, guarda, proteção e prioridade, como já explorado no capítulo anterior. Não basta o mero desejo das partes, este deve ser revestido de real intenção de convívio irrevogável.

De fato, a relação de filiação e a presença do Estado para sua respectiva criação possui todo o sentido: é que, dotado de poder - sobretudo constitucional – para intermediar a relação

---

<sup>32</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições do Direito Civil**. Volume V. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense, 2011, pág. 407

dos pretendentes à adoção, espera-se que se atenda o melhor interesse da criança e se ofereça a dignidade que a própria Constituição coloca à disposição. Mais que isso, em que pese a voluntariedade do ato da adoção, este não pode ser visto como mero ato de vontade, razão pela qual se faz necessária a atuação direta dos agentes estatais em todo o procedimento inicial, passando pelo meio dos trâmites e, finalizando com a segurança jurídica de que precisam as partes.

A propósito, ainda na compreensão do conceito da adoção, cabe pontuar a explicação de Kátia Maciel, que de igual forma, tratou o termo adequadamente, valendo-se de comparativos de outros doutrinadores bem reconhecidos no universo jurídico. Aqui, a doutrinadora apresenta o instituto adotivo como ferramenta de introdução de um estranho na família, na qualidade de filho, e não deixa de indicar tal ato como juridicamente regulado, além de frisar a bilateralidade deste. É o que se depreende do trecho abaixo:

O termo adoção se origina do latim, de *adoptio*, significando em nossa língua, na expressão corrente, *tomar alguém como filho*. Arnaldo Wald conceitua a adoção como um *ato jurídico bilateral que gera laços de paternidade e filiação entre pessoas para as quais tal relação inexistia naturalmente*. (*Curso de Direito Civil Brasileiro*, vol. IV, 8ª ed. Revista e ampliada e atualizada com a colaboração de Luiz Murillo Fábregas, RT, 1991, p. 183). (...) Em obra sobre o Direito da criança e do adolescente, José de Faria Tavares (*Direito da Infância e da Juventude*, Del Rey, 2001, p. 149) conceitua o instituto como *ato judicial complexo (...) que transforma, por ficção jurídica, sob total discricção, um estranho em filho do adotante, para todos os fins de direito e para sempre*.”<sup>33</sup> - grifos adicionados.

Considerando o elemento principal que constrói a família, qual seja, a afetividade, o instituto objeto deste trabalho ganhou maior amplitude com a evolução histórica em sua legislação pertinente ao tema, de modo que não mais se trata de solução de problemas de fertilidade. Neste sentido, não cabe mais o entendimento de que a adoção é uma ferramenta de filiação alternativa à biológica. Isso porque ela é muito mais do que mera solução a este problema. Kátia Maciel<sup>34</sup> prossegue também desenvolvendo de maneira esplêndida esta transição de entendimento ocorrido ao longo dos anos:

---

<sup>33</sup> MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso De Direito Da Criança E Do Adolescente: aspectos práticos**. Rio de Janeiro: editora Lumen Juris, 2007, p. 179

<sup>34</sup> *Idem, Ibidem*, p. 173.

Com o passar dos tempos, seu sentido se alterou, passando, nos dias de hoje, a significar o dar uma família a quem não a possui. Podemos efetivamente afirmar que a adoção evoluiu de um caráter potestativo para um caráter assistencialista.

Isto é, a essência motivadora da adoção não é mais encarada como um direito potestativo do indivíduo para realizar o sonho de gerar descendência. Superada esta ideia, a adoção se revelou algo bem mais que a utilidade de um único homem ou mulher, porquanto assumiu novas vertentes antes obscuras: o caráter assistencialista da adoção. É, por assim dizer, a instrumentalização da dignidade humana na vida de uma criança desprovida de família, cujo resultado é representado pela natureza humanitária deste ato.

Certamente, como bem destacou Katia Maciel no trecho acima, não há mais espaços para a perspectiva egoísta antes predominante no conceito adotivo, tendo em vista que os padrões sócio-jurídico sofreram alterações decorrentes da passagem do tempo, processo este natural em razão do dinamismo característico das sociedades humanas. É dizer, o ordenamento jurídico hoje entende que adotar é um ato manifestamente voluntário, mediado pelo Estado, para efetivar direitos fundamentais e atribuir dignidade humana à criança, com a segurança jurídica às duas partes com a finalidade assistencialista.

Logo, observados os requisitos legais e transcorrido normalmente o procedimento de habilitação à adoção e as demais fases da adoção, configura-se nova família, pautada nos princípios constitucionais e nas garantias infraconstitucionais advindas do ECA e demais leis insurgentes. Importante dizer que nos últimos anos relevantes leis foram sancionadas, trazendo benefícios que atendem ao melhor interesse da criança. Neste sentido, resta clara a necessidade da plena e correta compreensão do instituto da adoção, para que se alcance a conclusão de que, embora este seja o conceito, aquela precisa de novas propostas que resolvam os problemas de burocracia que impedem o devido cumprimento de sua finalidade.

Cumprir lembrar, inclusive, que Caio Mário aponta para um outro objetivo importante da adoção, que dá ou substitui a família do infante, posto que não basta unicamente a introdução em novo seio familiar. É preciso que a criança e o adolescente sejam inseridos no contexto social pertinente a eles, no sentido de que eles não só convivam em família, mas também em comunidade. Nesta ótica, o doutrinador indica fundamental aspecto retirado dos direitos fundamentais que a Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente: a



convivência, sobretudo na compreensão ampliada, para além da família nova. É o que se entende do trecho abaixo:

A família substituta deve refletir uma linha de continuidade do grupo social ao qual ela pertence, refletindo o direito à convivência familiar e comunitária, fundamental ao desenvolvimento da criança e do adolescente<sup>35</sup>.

Tal afirmação permite dizer que o instituto objeto do estudo exerce não só um único papel na vida da criança em desenvolvimento, haja vista a necessidade de obedecer aos ditames legais destinados ao tema. Fundada nos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, a convivência familiar e comunitária atinge o âmbito coletivo do conceito da adoção.

Portanto, por meio do acolhimento de criança ou adolescente alheio àquela família originariamente pela via biológica, o Estado viabiliza a construção de laços afetivos, estabelecidos pela concessão da adoção, que deve respeitar os princípios ditados no ordenamento jurídico brasileiro para que o infante alcance seus objetivos, quais sejam a convivência familiar – em seu sentido amplo, como se viu – e à plena capacidade do exercício da parentalidade, não obstante inexistência de vínculos sanguíneos.

Tal vínculo se torna irrevogável e definitivo, nos termos do art. 39, §1º ECA, que determina que:

§ 1º A adoção é medida excepcional e **irrevogável**, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei – grifo adicionado

Por fim, dá-se à adoção um caráter fatal, isto é, irrevogável, para fins de segurança às partes que celebram do ato. Esta característica do instituto representa, em última análise, a seriedade do ato e reforça mais ainda a obrigatoriedade de interferência do Estado no curso do processo. Assim, a filiação por meio da adoção significa a colocação em nova família, nas condições em que o aparato estatal determinar, para seguir o melhor interesse da criança e cumprir a finalidade para qual o instituto se destina.

---

<sup>35</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições do Direito Civil**. Volume V. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense, 2011, p. 428-429)

### 2.1.1. Natureza jurídica de adoção.

No que se refere à natureza jurídica da adoção, a doutrina não é uníssona. Fato é que a percepção acerca da adoção neste sentido encontra diversos olhares no universo jurídico. Principalmente a partir do momento em que o Estado passou a obrigatoriamente integrar os trâmites nos quais resultam a adoção, a controvérsia se instaurou ainda mais. Neste sentido, como se verá abaixo, definir o instituto em questão em um único entendimento ainda não parece possível. Caio Mário<sup>36</sup> aborda a questão com maestria, senão vejamos:

A partir da Constituição de 1998 passou a constituir-se por ato complexo e exigir a sentença judicial, prevendo-o expressamente o art. 47 do ECA para os menores de 18 anos. A bilateralidade na adoção foi considerada por muitos como um “contrato”. (Espínola, Colin *et* Capitant, Laurent, Josserand, Planiol, Surville, Huc, irmãos Mazeaud, *et* Marty). Não obstante a presença do *consensus*, não se pode dizê-la um contrato, se se tiver em consideração a figura contratual típica do direito das obrigações. Alguns a qualificam simplesmente como ato solene (Clóvis Beviláqua, Pontes de Miranda). Outros, como instituto de ordem pública, produzindo efeitos em cada caso particular na dependência de um ato jurídico individual. (Ruggiero e Maroi, Antônio Chaves). Invocando-se o símile do casamento, na adoção podem ser observados os dois aspectos: de sua formação e do *status* que gera. No primeiro, dar-se-á um ato de vontade submetido aos requisitos peculiares. No segundo, está presente a sua natureza institucional, que lhe empresta solenidade e estrutura, (Planiol *et* Ripert) para o qual o Código Civil alemão exige o consentimento do cônjuge do adotante (BGB, art. 1.746). A matéria é controvertida, apontando-se escritores num e noutro campos. (Antônio Chaves, ob. Cit., nº 19). O inciso I do art. 165 do Estatuto da Criança e do Adolescente indica tal exigência ante os requisitos para a concessão da medida para os menores de 18 anos.

Nota-se, então, que caracterizar a adoção meramente como um contrato ou ficção não confere a integralidade das qualificações que devem ser atribuídas a ela. Isto é, não se pode diminuir a grandeza e a complexidade deste tipo de relação interpessoal, sob pena de erro. Conforme dito pelo célebre doutrinador acima citado, embora diversos autores tenham tentado definir a natureza jurídica do instituto em questão, fato é que ele transpassa um contrato, por exemplo, tendo em vista que a afetividade tem o seu lugar na adoção, sendo incoerente resumi-la ao conjunto de cláusulas entre as partes.

De igual modo, a ficção jurídica, unicamente responsável pela adoção, também não dá conta de expressar com retidão a natureza jurídica dela. É dizer, novamente não se pode desconsiderar o âmbito psicológico e afetivo deste tipo de construção sócio jurídica. Nesta

---

<sup>36</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições do Direito Civil**. Volume V. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense, 2011, pág. 408

lógica, não parece adequado reduzir a adoção somente a uma ficção jurídica. Um autor renomado que, a seu tempo, demonstrou-se filiado à corrente que entendia a natureza jurídica da adoção como ficção jurídica foi Orlando Gomes<sup>37</sup>:

Adoção é o ato jurídico pelo qual se estabelece, independentemente do fato natural da procriação, o vínculo de filiação. Trata-se de ficção legal, que permite a constituição, entre duas pessoas, do laço de parentesco do primeiro grau na linha reta.

Assim, questionou-se na doutrina por um tempo como resolver o impasse de caracterização: razoável seria unir as qualidades acima descritas, para a formação de um instituto híbrido, dotado de obrigações e cláusulas – estas expressas nos deveres entre pais e filhos – mas também munido de subjetividade emprestada pela afetividade, ponto essencial para o desenvolvimento da parentalidade e filiação.

Em apertada síntese, se antes a adoção tinha por condição essencial a manifestação de vontade do adotante, havia inclinação para acreditar que se tratava de contrato, pacto negocial. Mas na hipótese de atuação do Estado para conceder e não mais somente homologar a adoção, importante notar que não há que se falar apenas em natureza contratual, razão pela qual a controvérsia a este respeito é latente. Neste segundo pressuposto, defende-se pela natureza de ato complexo e híbrido. É o que explicam Rosenvald e Cristiano Chaves<sup>38</sup>:

A partir dessas ideias, em especial da necessidade de manifestação de vontade pelo adotante e pelo adotando e pela imprescindibilidade de chancela estatal, é possível antever na adoção uma natureza de *ato complexo*, exigindo para o seu aperfeiçoamento diferentes momentos jurídicos.

É neste sentido que se pode concluir pela corrente adepta da natureza jurídica como um ato complexo, de natureza mista: quando ocorrida a formação do ato de adotar, manifestado expressamente pela vontade das partes, tem-se o contrato no âmbito do Direito de Família. A partir da atuação Estatal, por seu representante, no caso o juiz, fica clara a natureza adoção, constituída por sentença, que confere forma e efeito ao instituto. É o que Caio Mário da Silva Pereira<sup>39</sup> contextualiza:

---

<sup>37</sup> GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 369

<sup>38</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 10ª Edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018, p. 988

<sup>39</sup> PEREIRA, *apud*, GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção: doutrina e prática**. 2 ed. Curitiba, 2013, p. 32.

Diversamente da adoção simples, que tem caráter contratual, a adoção plena somente se perfaz como um ato complexo, em que se associa a emissão volitiva dos legitimantes ao provimento jurisdicional. Assim, o preenchimento do requisito formal *desdobra-se em duas fases: uma volitiva ou consensual e outra judicial*. – grifo adicionado.

Por todo o exposto, a compreensão da natureza jurídica do instituto em pauta se torna mais clara, apesar das controvérsias doutrinárias que se apresentam no universo jurídico. Ou seja, parece mais adequado conceitua-la sob a ótica híbrida em que admite dois momentos: o primeiro, de característica volitiva, no âmbito da vontade das partes do procedimento de habilitação à adoção; o segundo, por sua vez, de classe judicial e processual, ocasião em que o Estado intervém na referida manifestação volitiva, para então, avaliar o caso concreto e conceder a adoção ou não.

De fato, é perfeitamente harmonioso com a lógica do ordenamento jurídico pátrio atual o entendimento da natureza jurídica como ato complexo, haja vista a necessidade de tutela de direitos fundamentais tão sensíveis envolvidos na relação de adoção. É dizer, não se pode tratar o procedimento de habilitação como mera troca de cláusulas de um contrato nem mesmo uma ficção jurídica, sob pena de não contemplar todos os aspectos contidos nesta operação nada matemática que é a filiação não-biológica.

### **2.1.2. Requisitos para habilitação à adoção.**

Como já foi dito, a adoção passou a ser um instituto regulado pelo Estado com a finalidade de atingir a tutela dos direitos fundamentais da criança e do adolescente trazidos pela Constituição Federal/1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, para que o pretendente a adoção consiga a chancela da autoridade judiciária em nome da autoridade estatal - o juiz da Vara da Infância e da Juventude – é preciso preencher alguns requisitos previstos em lei. Neste contexto, a legislação brasileira dispôs algumas condições a serem respeitadas para que os indivíduos se enquadrem no perfil delineado pelo legislador.

Cumprir lembrar, em primeiro lugar, que a adoção é medida excepcional, de modo que somente pode ocorrer nas hipóteses de impossibilidade da continuação da família original, nos

termos do §1º do art. 39, ECA.<sup>40</sup> Ou seja, comprovada a inviabilidade da continuação da família original, pode-se falar em adoção, caso os indivíduos apresentem o devido enquadramento nos requisitos estabelecidos no ECA, claramente dispostos a partir do art. 42.

Inicialmente, o legislador determinou a idade mínima para se chegar à condição de adotante. No artigo supracitado, ficou decidido que o pretendente deve ter, no mínimo, dezoito anos para se candidatar à habilitação, não importando, para isto, o seu estado civil. Contudo, há que se anotar a ressalva de que o infante deve ser dezesseis anos mais novo que o indivíduo pretendente, conforme o disposto no §3º do mesmo artigo do ECA. Além disto, importante ressaltar que, em situação em que haja adoção conjunta, aí sim é essencial que ambos sejam casados ou mantenham união estável, com estabilidade devidamente comprovada. Estas informações iniciais são retiradas do cáput do artigo em discussão e seus respectivos três primeiros parágrafos do ECA.

Além disto, o legislador dispôs a respeito da possibilidade de adoção conjunta mesmo em caso de divórcio ou de dissolução da união estável, desde que haja acordo sobre a guarda e o regime de visitas, se o convívio familiar teve seu início quando ainda da união deles. Nesta ocasião, será obrigatória a comprovação dos liames afetivos, sobretudo com aquele que não detém a guarda da criança em desenvolvimento, para que se instaure a excepcionalidade deste tipo de adoção. Esta é a regra abrigada pelo art. 42, §4º do ECA. Soma-se a isto o fato de observação do melhor interesse da criança, na medida em que o §5º deste mesmo artigo menciona a necessidade de efetivo benefício ao infante.

Neste primeiro requisito, é de bom tom a análise referente à verossimilhança desta disposição legal. Em linhas gerais, na prática, pode-se dizer que dificilmente uma pessoa de dezoito anos obterá seu certificado de habilitação à adoção. É que, não obstante a regra seja clara a este respeito, não há que se falar em leitura individualizada dos requisitos estabelecidos em lei para a pretensão adotiva. Isso significa dizer que as condições do ordenamento jurídico devem ser interpretadas cumulativamente, em leitura sistemática do ECA com a Constituição e

---

<sup>40</sup> Art. 39. A adoção de criança e de adolescente rege-se-á segundo o disposto nesta Lei. § 1º A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

as demais leis infraconstitucionais que versem sobre a criança e o adolescente. Neste sentido, é fundamental trazer uma perspectiva real sobre a adoção.

Tal é a importância do ponto acima indicado, que basta observar a dinâmica da sociedade atual para entender do que se trata: um jovem hoje ao completar dezoito anos, salvo raras exceções, não ostenta condições adequadas para seu sustento próprio, bem como para eventuais filhos. É de se destacar também o retardamento da assunção de responsabilidades quando jovens, tais como trabalhar em emprego efetivo, casar e pagar contas da casa. Isso se deve a um movimento social que deu foco à formação escolar e acadêmica mais longa, em detrimento das outras atividades antes consideradas como prioridade. Dessa forma, a transição para a vida adulta sofreu alterações ao longo dos anos, senão vejamos:

Um dos aspectos que mais tem sido destacado na literatura sobre as novas configurações de transição para a vida adulta está relacionado com os investimentos prolongados dos jovens na formação escolar, originados pelo desenvolvimento do mercado de trabalho. De um modo geral, pode constatar-se, através dos indicadores sociológicos, que a melhoria generalizada das condições de vida e a modificação progressiva dos padrões culturais do país, associados à integração na União Europeia se, traduziram tanto no incremento dos níveis de formação escolar, como na ampliação das expectativas de realização profissional que lhes estão associadas. Os jovens são, assim, incentivados a investir na educação, a prosseguir os seus projectos vocacionais com vista à aquisição futura de uma profissão, que lhes possibilitará não só a realização pessoal, como a obtenção de autonomia económica. Isto implica, por si só, que a entrada no mercado de trabalho se faça mais tardiamente. (...) Como destacam diversos autores, a “estrada para a idade adulta” é cada vez mais longa e a tarefa de “ser adulto”, do ponto de vista psicológico e social, aparece como sendo mais exigente na actualidade, passando muitas vezes por ser, ou adiada em termos temporais e a ser completada mais tardiamente, em termos etários (Arnett, 2001; Arnett & Tanner, 2006; Rossi, 1997)<sup>41</sup>.

Tendo em vista esta importante ressalva, coerente é trazer o ordenamento jurídico em consonância com a realidade atual da sociedade: a partir do exposto acima, nota-se a mudança de circunstâncias na fase adulta dos indivíduos, razão pela qual dificilmente um jovem adulto de dezoito anos obterá sua habilitação para adoção. Por outro lado, outro aspecto que reforça o exposto é justamente a necessidade de se comprovar adequadas condições para o exercício da parentalidade, isto é, a diferença de idade – dezesseis anos – precisa ser respeitada, sob pena de não oferecer ao infante a adequada educação, além de garantir que não haja confusão emocional

---

<sup>41</sup> ANDRADE, Cláudia. Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. **Anál. Psicológica**, Lisboa, v. 28, n. 2, p. 255-267, abr. 2010. Disponível em < [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312010000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000200002&lng=pt&nrm=iso) >. Acesso em 03 out.18

no que se refere ao adotante e ao adotado. Assim, a viabilidade da adoção se dá não só pelo critério etário, mas pela diferença de idades, cumulada com uma análise no caso concreto a respeito das condições de criar o futuro filho.

Outra condição a ser observada pelo critério do Estatuto da Criança e do Adolescente é o consentimento do representante legal do infante, seja o tutor ou o/a pai/mãe da criança, nos termos do art. 45, ECA, cabendo a ressalva de desnecessidade deste naquelas hipóteses em que o poder familiar for destituído, pela literalidade do §1º do mesmo artigo. Ainda sobre o elemento volitivo, qual seja, o consentimento, este também deve ser manifestado expressamente pela criança maior de doze anos, conforme a dicção do §2º do mencionado dispositivo. Neste último caso, o infante deverá ser ouvido em audiência para que verbalize sua vontade e esta seja avaliada pelo juiz e demais assessores.

Para as situações de adoção pelo tutor ou curador da criança em desenvolvimento, cumpre lembrar que esta somente ocorre após a devida prestação de contas, com a comprovação de todas as obrigações cumpridas. O fornecimento das informações a título de prestação de contas está expressamente retratado pelo art. 44, ECA, e não dispensa a fiscalização do Ministério Público enquanto fiscal da ordem jurídica. Assim, o Estado tutela de maneira plena o melhor interesse da criança, a partir da análise de como a criança foi tutelada nos anos em que esteve sob os cuidados do tutor, verificando inclusive o que será mais proveitoso para o desenvolvimento do infante.

Ainda sobre os requisitos da adoção, é de fundamental importância destacar que a o estágio de convivência é uma das condições principais para o deferimento da adoção. Este possui prazo máximo de noventa dias, nos termos do art. 46, ECA, a depender especificamente do caso concreto em questão, considerada a idade da criança e também as particularidades da situação. Entretanto, o mesmo diploma legal, neste dispositivo, aponta para a dispensa do estágio de convívio em hipótese de infantes “sob a tutela ou guarda legal do adotante durante tempo suficiente para que seja possível avaliar a convivência da constituição do vínculo”<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Art.46, §1º, ECA. BRASIL. Lei 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em 03.out.18.

Ressalta-se que a mera guarda da criança não é suficiente para dispensar a realização do estágio de convivência, conforme disposto no §2º do mesmo artigo supramencionado do ECA. Ainda em decorrência da literalidade legislativa neste artigo, quanto ao prazo de convivência, pode-se dizer que este é prorrogável por mais noventa dias, se houver decisão fundamentada para tal. Este parágrafo revela especialmente o cuidado do legislador em resguardar os direitos da criança, por meio da materialização dos princípios da prioridade absoluta, melhor interesse da criança e proteção integral.

Para os casos de adoção internacional, no que toca ao prazo de convivência, este será reduzido para a variação de trinta a quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período, a depender também de decisão judicial motivada, conforme os ditames do §3º do art. 46, ECA. É de se evidenciar que o cumprimento do convívio familiar se dá, sempre, em território pátrio, inclusive quando se tratar de adoção internacional, pela forma do art. 46, §5º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Após o devido cumprimento do estágio de convívio obrigatório e legalmente previsto pelo ECA, deverá ser elaborado um laudo, nos termos do §3º-A do art. 46.

O referido laudo deve ser fundamentado por todos os assistentes da justiça envolvidos no caso, cujas especialidades são essenciais para a verificação das condições configuradas a partir da convivência familiar obrigatória. É por meio dele que o juiz de família irá analisar a possibilidade real de deferir o pedido de habilitação à adoção. A previsão deste laudo está no art. 46, §4º, ECA e conta com a elaboração feita por psicólogos e assistentes sociais que acompanham a futura família que pretende se formar pelo vínculo afetivo e não biológico. Nesta fase do processo de habilitação, o psicólogo exerce papel de mediador entre a criança e os pretendentes à adoção, explicando aos pretendentes possíveis comportamentos do infante e também auxiliando na estruturação dos primeiros contatos. A propósito, o mencionado laudo não vincula o juiz, entendimento claro retirado da doutrina de Nelson Rosenvald e Christiano Chaves<sup>43</sup>:

Malgrado a sua relevância, o laudo da equipe técnica interdisciplinar do juízo da infância de juventude, relativo ao estágio de convivência, não vincula o juiz, cujo livre convencimento motivado é garantido constitucionalmente. Por óbvio, para que refute as conclusões do laudo, o magistrado deve fundamentar em outros meios de prova, expressamente declinados em sua decisão.

---

<sup>43</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 10ª Edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018, p. 994



É de razoável lembrança indicar aqui que os pretendentes precisam ter ciência da história da criança, de possíveis doenças, traumas e demais características particulares de cada uma, para que então tomem a decisão de conhecê-la mais de perto. Isso porque, geralmente, as crianças e os adolescentes são dotados de uma carga histórica anterior aqueles pretendentes e esta não pode ser meramente ignorada. Este tipo de verificação prévia evita conflitos posteriores e facilita a fluidez de todo o processo, gerando sucesso na habilitação e desafogando o abarrotado quadro de crianças esperando por uma família.

Por fim, cabe salientar que, ciente de todas as informações que preenchem os requisitos, os pretendentes devem procurar as varas de família na comarca de sua residência para obtenção de informações das reuniões que antecedem a abertura do processo de habilitação. Estas acontecem mensalmente, no âmbito coletivo, com assistentes sociais e psicólogos, tratando de pautas pertinentes àqueles que buscam oferecer nova família aos infantes, por diversas razões. Nestas reuniões, há discussão de questões fundamentais para os pretendentes, além de esclarecimento de dúvidas corriqueiras a respeito da adoção.

As mencionadas reuniões são denominadas como Grupo Insitucional de Apoio à Adoção (“GIAA”), conforme o disposto no art. 8º e seguintes do Ato Executivo 4065/2009, que estabelece o conceito deste grupo criado para fortalecer a compreensão acerca da nova concepção de adoção para a sociedade, em decorrência das mudanças legislativas até então presentes. Além disto, o ato executivo regulamentou as finalidades destas reuniões obrigatórias para os pretendentes à habilitação, qual seja:

Art. 10 - O GIAA tem por finalidade *orientar e capacitar os habilitandos, habilitados, adotantes, adotados e demais pessoas interessadas, proporcionando uma reflexão continuada*, de forma a fomentar e disseminar a nova cultura da adoção.

2

e 5 Lei 8.069/90, art. 87, inciso VII, com nova a redação dada pelo art. 2º da Lei 12.010/09 - "Campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos".

3

Lei 8.069/90, art. 28, §5º, com nova a redação dada pelo art. 2º da Lei 12.010/09 - "A colocação da criança ou adolescente em família substituta *será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude*, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar".

4

Lei 8.069/90, art. 50, §3º, com nova a redação dada pelo art. 2º da Lei 12.010/09 - "A inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar"<sup>44</sup> - grifos adicionados.

Resta claro que o procedimento de habilitação à adoção exige determinação e vontade de seus pretendentes, visto que há que se respeitar uma burocracia considerável para iniciar o processo de espera na fila. As citadas reuniões são obrigatórias, independentemente do tipo de pretendente, e se prolongam por aproximadamente um ano, devendo ser observado o limite de faltas, sem mencionar a única oportunidade de dia para as reuniões, o que dificulta o acesso às partes interessadas.

Finalmente, quanto aos requisitos subjetivos dos pretendentes à adoção, estes foram regulados pelo art. 197-A, ECA, que elenca, em seus incisos, quais são os documentos necessários para apresentação em juízo com a finalidade que se inicie o procedimento judicial de habilitação à adoção. Dentre eles, destacam-se: (i) qualificação completa; (ii) dados familiares; (iii) cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; (iv) cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; (v) comprovante de renda e domicílio; (vi) atestados de sanidade física e mental; (vii) certidão de antecedentes criminais; (viii) certidão negativa de distribuição cível. Nesse sentido, faz-se indispensável que os pretendentes providenciem os referidos documentos, caso preencham os requisitos acima expostos no ponto 2.1.2, e desejem ingressar no procedimento habilitatório à adoção.

### **2.1.3. Impedimentos à adoção.**

No que toca aos impedimentos ao procedimento de habilitação à adoção, estes podem ser totais ou parciais, sendo este último a hipótese de adoção pelo tutor, já mencionada no subtítulo acima, restando apenas este espaço para tratar das situações de completa vedação ao instituto em pauta. Assim, há que se ressaltar que a adoção não é plenamente possível para quaisquer

---

<sup>44</sup> BRASIL. Ato Executivo 4065/2009. Disponível em <[http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/asp/textos\\_main.asp?codigo=135309&desc=ti&servidor=1&iBanner=&iIdioma=0](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/asp/textos_main.asp?codigo=135309&desc=ti&servidor=1&iBanner=&iIdioma=0)>. Acesso em 09.out.18

indivíduos que se interessarem por ela. É preciso observar que, além de requisitos legais, o instituto objeto deste trabalho possui impedimentos que devem ser atentados.

Em conformidade com o disposto no art. 39, §2º, ECA, a adoção por procuração é vedada, sobretudo em função da natureza do ato de adotar, que é personalíssimo. Muito embora o ordenamento jurídico brasileiro já tenha admitido a adoção por meio de escritura pública, por força do Código Civil de 1916, com o advento do Código Civil de 2002, todas as disposições do antigo Código Civil foram revogadas, para dar, então, força normativa e regulamentadora ao Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere à adoção, razão pela qual não se admite mais adoção por mera manifestação das partes através de procuração e/ou escritura pública.

Além desta objeção, importante salientar que avós e irmãos não podem adotar, tendo em vista a redação dada pelo §1º do art. 42, ECA. Isso porque, ao dispor desta norma, o legislador pretendia justamente prevenir eventuais conflitos de ordem sentimental e, inclusive, patrimonial – principalmente no que toca o direito das sucessões. Nesta lógica, ao proibir a viabilidade da adoção pós avós ou irmãos, o referido diploma legal buscou a preservação dos vínculos originais de parentesco, em primeiro lugar. Isto é, admitindo-se a hipótese de adoção por avós, por exemplo, estes, que já possuíam grau de parentesco com os adotandos.

Neste aspecto, interessante notar que a jurisprudência admitiu, por exemplo, a adoção operada entre tio e sobrinho, sob a fundamentação de que “em face do silêncio do ordenamento jurídico, vem se entendendo possível a adoção de um sobrinho pelo tio, que não estão alcançados pelo impedimento aplicável aos ascendentes e irmãos”, nos dizeres de Rosenvald e Christiano Chaves<sup>45</sup>. A jurisprudência do Tribunal de Justiça de Goiás apresenta um caso que se enquadra no ponto em discussão, senão vejamos:

Adoção de sobrinho pelo tio. Possibilidade jurídica. Pais biológicos desaparecidos. Desnecessidade de consentimento dos representantes legais do menor. Idoneidade financeira e social dos adotantes. 1. É juridicamente possível a adoção do sobrinho pelo tio, haja vista não ser este considerado ascendente daquele, detendo apenas parentesco colateral” (TJ/GO, Ac. 3ª Câm. Cív., Ap. Cív. 2005.00.57225-3, Rel. Des. Rogério Arédio Ferreira).

---

<sup>45</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 10ª Edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018, p. 996

Além destes, o ECA estabelece dois outros tipos de impedimento, sendo o primeiro ditado pelo art. 19 do estatuto, e o segundo, no art. 29. Enquanto este trata da hipótese de incompatibilidade com a natureza da medida – adoção - não ofereça ambiente familiar adequado, aquele retrata especificamente dos casos em que os pretendentes não apresentem ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

## 2.2. As diversas formas de adoção no Brasil.

Quando o assunto é adoção no território pátrio, há que se destacar que este instituto possui algumas modalidades reguladas pelo ordenamento jurídico, e que cada uma delas guarda uma particularidade. Dessa forma, cabe o lembrete de que, mais uma vez, o legislador se preocupou em alcançar diversos casos que ocorrem no Brasil, a fim de que se concretizasse a finalidade da nova visão sobre a adoção: o exercício da parentalidade para oferecer uma família a quem não tem, por intermédio do Estado, representado pelo juiz de família e seus assistentes de justiça, que analisam e viabilizam todo o processo de concessão dela.

A primeira modalidade de adoção abordada aqui é a *adoção unilateral*. Esta tem previsão no art. 41, §1º do ECA e ocorre nas hipóteses em que há pretensão por parte do cônjuge daquele que detiver o registro do infante. Isto é, esta forma de adoção nada mais é do que a permissão para adotar para aqueles que, não sendo pais/mães biológicos, convivem por tempo considerável com seu cônjuge e respectivo filho deste. Neste caso, cabe salientar que o poder familiar não é destituído do cônjuge que mantém laços biológicos com o filho, o que, consequentemente, significa dizer que não existe rompimento de vínculos com a família extensa em sua totalidade, nos termos do art. 1.626, § único do Código Civil, em última análise. Para Maria Berenice Dias<sup>46</sup>, o conceito de adoção unilateral consiste na seguinte explicação:

É o que se chama de adoção unilateral. Estabelece-se uma **biparentalidade fática** do filho com o parceiro do genitor biológico. Trata-se de forma especial de adoção, que tem caráter híbrido, pois permite a substituição de somente um dos genitores e respectiva ascendência. Daí também se chamar adoção **semiplena**. Subsistem impedimentos matrimoniais de duas ordens, tanto com relação à família de sangue (CC 1.521, I, II e IV), como com relação à adotiva (CC 1.521, III e V).

---

<sup>46</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Famílias**. 10ª Edição Rev., Atual. e ampl. São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 487.

Nesta perspectiva, os requisitos para que a adoção seja concedida são a concordância do marido/esposa ou companheiro/companheira, conforme o disposto no art. 45, ECA, e também a verificação de que há vantagens ao infante sob a ótica do melhor interesse da criança, pelo que dita o art. 43 do mesmo diploma legal. Assim, a primeira hipótese de adoção unilateral trata de medida possível àqueles que desejam formalizar pelos vínculos afetivos o convívio proporcionado pelo matrimônio com cônjuge detentor dos laços biológicos com o infante.

Importante fazer distinção dos casos em que a criança possui genitor no registro e naqueles em que não há menção dele. Na primeira situação, o genitor pode concordar com a adoção, ocasião em que há substituição deste pelo pretendente à adoção, salvo em hipótese de discordância, que só viabilizará a adoção unilateral pelo postulante após o final da ação de destituição de poder familiar do genitor. Já na segunda hipótese, não há que se falar em oitiva do genitor, pois não consta seu nome no registro da criança. Esta modalidade de adoção também é utilizada quando se trata de casais homossexuais e se dará de igual modo, como já retratado.

A segunda modalidade de adoção existente no Brasil diz respeito aquelas oriundas da relação de tutor ou curador, fato já mencionado neste trabalho nos requisitos à adoção, mais acima. Nesta hipótese, fala-se em adoção *por tutor* ou *curador*, e esta somente poderá prosseguir nos trâmites legais se o tutor/curador apresentar a prestação de contas ao juiz, além de saldar eventuais débitos do patrimônio de seu pupilo ou curatelado nos termos do art. 44, ECA. Este requisito visa à tutela do patrimônio do infante, de modo a evitar sua dilapidação.

Além das modalidades já assinaladas, existe outro tipo de adoção regulamentado pelo ordenamento jurídico brasileiro, qual seja, a *adoção póstuma*. Esta modalidade representa aqueles casos em que o adotante falece no curso do processo de habilitação. Ou seja, antes de prolatada a sentença que concede a habilitação à adoção, o pretendente falece. Nestas circunstâncias, há que se provar que inexistem dúvidas a respeito da manifestação volitiva do falecido pretendente a respeito da adoção, pela dicção do §2º, art. 42, ECA. Entretanto, é de bom tom ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de admitir adoção daquele falecido que nem havia proposto ação de adoção. Tal hipótese somente possui fundamento quando comprovado o convívio entre o pretendente e os adotandos de forma

“contundente e decisiva”, conforme nota publicada no sítio eletrônico do Tribunal Especial. É o que se depreende do trecho desta, senão vejamos:

No STJ, o relator, desembargador Lázaro Guimarães, votou pela reforma da decisão. Segundo ele, ‘a jurisprudência evoluiu progressivamente para, em situações excepcionais, reconhecer a possibilidade jurídica do pedido de adoção póstuma, quando, embora não tenha ajuizado ação em vida, ficar demonstrado, de forma inequívoca, que diante da longa relação de afetividade, o falecido pretendia realizar o procedimento. (...) ‘A adoção póstuma se estabelece diante do reconhecimento da paternidade socioafetiva como realidade social e em homenagem ao princípio da dignidade da pessoa humana, permitindo que um indivíduo tenha reconhecido seu histórico de vida e sua condição social, com preponderância da verdade dos fatos sobre os aspectos da formalização da adoção’, considerou o relator<sup>47</sup>.

Portanto, mais uma vez é possível notar que o formalismo puro nem sempre prevalece na ponderação de princípios quando se trata de direito de família, sobretudo no que tange a adoção. Neste sentido, resta claro que o ordenamento jurídico pátrio viabiliza a adoção póstuma para consolidar laços socioafetivos, em verossimilhança à realidade familiar e social. Assim, a mais moderna jurisprudência admite a concretização da adoção póstuma, mesmo sem ajuizamento de ação de habilitação à adoção, representando adequada postura de um Tribunal que se atenta à questão da socioafetividade em seus mais profundos âmbitos, em detrimento de mera formalidade legal.

Soma-se aos demais tipos de adoção no ordenamento pátrio a *adoção internacional*, circunstância que tem por característica principal a residência ou domicílio do pretendente à adoção fora do território brasileiro. Neste caso, destaca-se que, em conformidade com o inciso I do art. 51, ECA, a medida só poderá ser instituída caso haja comprovação de que esta é a solução adequada ao caso concreto. Outro ponto importante a ser ressaltado nesta modalidade é o de que os brasileiros residentes fora do país merecem prioridade em detrimento dos estrangeiros (art. 51, §2º, ECA), além de que o instituto neste formato exige a intervenção das autoridades centrais estaduais e da esfera federal também – art. 8, Convenção de Haia c/c art. 2º do Decreto nº 3.174, de 16 de setembro de 1999.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> BRASIL. “**Quarta Turma acolhe pedido de adoção póstuma que apresentou prova inequívoca de vínculo familiar**”. Disponível em <[http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Quarta-Turma-acolhe-pedido-de-ado%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3stuma-que-apresentou-prova-inequ%C3%ADvoca-de-v%C3%ADnculo-familiar](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Quarta-Turma-acolhe-pedido-de-ado%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3stuma-que-apresentou-prova-inequ%C3%ADvoca-de-v%C3%ADnculo-familiar)>. Acesso em 12.10.2018.

<sup>48</sup> BRASIL. **Decreto nº 3.087 de 21 de Junho de 1999**. Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de Maio de 1993. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm)>. Acesso em 13.10.2018.

Sob a égide de um dos mais conhecidos pactos internacionais – a Convenção de Haia - em coparticipação da legislação brasileira, a adoção internacional conta com o protagonismo dos direitos humanos e com a preocupação em dar ao infante a tutela de seus direitos fundamentais, por meio da cooperação internacional das autoridades envolvidas nesta relação. No mais, cumpre dizer que a adoção internacional é tratada pelo legislador com a devida cautela, o que é facilmente entendido pela redação do art. 51, §1º, II, ECA. É dizer, ao estabelecer a necessidade de comprovação do esgotamento das tentativas de colocação em família substituta residente no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente pretendeu resguardar a criança ou o adolescente.

Ainda a respeito da adoção internacional, é oportuno mencionar que o período de convivência entre as partes é reduzido, se comparado aos demais tipos de adoção. Pela redação emprestada pelo §3º do art. 46, ECA, o período mínimo de convivência será de trinta dias, e o máximo, de quarenta e cinco dias, sendo certo que este prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que mediante decisão fundamentada para tal. Nesta toada, imprescindível delinear o cuidado maior do legislador para com a adoção internacional, desde os requisitos, até mesmo nos prazos de convivência, na medida em que se revela em harmonia com os princípios constitucionais tuteladores dos direitos da criança e do adolescente.

Ainda elencando os diversos tipos de adoção, outro deles é denominado de adoção *intuitu personae*, cujo nome remete ao ânimo dos pretendentes, isto é, em sua origem, o termo em latim significa “por ânimo pessoal”. Daí decorre, portanto, a operacionalização do instituto entre as partes: a mãe biológica manifesta inequivocamente sua vontade em doar a criança por meio da adoção a alguém de sua confiança. Contudo, cumpre lembrar que esta modalidade de adoção não se encaixa totalmente nos moldes delineados pelo Estatuto da criança e do Adolescente, diploma legal responsável pela regulação de quaisquer tipos de adoção. Nesse contexto, é de se realçar que a inscrição no Cadastro Nacional de Adoção é fundamental para o procedimento de habilitação, razão pela qual há um descompasso entre os ditames do ECA e as condições em que tramitam as adoções *intuitu personae*.

Notadamente, embora este conflito se instaure, Maria Berenice Dias diz que “a lei não limita a adoção a quem se encontra previamente inscrito, e muito menos, impede a concessão

de adoções em situações outras [...] Constituindo-se vínculo afetivo do pretendente com a criança, é perverso negar o pedido e entregar o adotando ao primeiro inscrito na lista.”<sup>49</sup> A propósito, a doutrina majoritária indica que o formalismo não deve se sobrepor aos demais princípios que regem as relações tuteladoras da criança e do adolescente, como se depreende do trecho abaixo de Nelson Rosenvald e Christiano Chaves<sup>50</sup>:

A regra geral é a de que as famílias que não estiverem cadastradas não podem adotar. A inscrição no referido cadastro deve ser requerida por meio de um procedimento específico, previsto no art. 197-A do Estatuto da Criança e do Adolescente. As pessoas e casais já inscritos nos cadastros de adoção ficam, inclusive, obrigados a frequentar, no prazo máximo de um ano, contado da entrada em vigor da Lei Nacional da Adoção, a preparação psicossocial e jurídica, sob pena de cassação de sua inscrição (art. 6º da Lei 12.010/09). (...). Em casos específicos, quando se estabeleceu um forte vínculo entre o infante e o pretendente à adoção, mostra-se justificável a flexibilização da exigência de inserção em lista prévia. Do contrário, estar-se-ia sacrificando o melhor interesse da criança ou adolescente para privilegiar formalismos.

Por fim, é de boa sugestão a crítica ao formalismo excessivo nos trâmites para a adoção no Brasil, visto que este elemento atrelado à legislação contribui fortemente para que as pessoas desanimem de participar da via judicial para dar cabo à adoção. Não se pode dizer que ela ocorre, em sua maioria, em conformidade com os ditames legais, ou seja, fora dos cuidados do Estado – que, inclusive, pretende sua atuação em sua totalidade dos procedimentos. Por isso, a adoção *intuitu personae* não pode ser desconsiderada do cenário pátrio e deve receber o devido tratamento pelas autoridades judiciais, sob a ótica dos princípios norteadores do Direito de Família, sobretudo em função do melhor interesse da criança.

Note-se que a adoção *intuitu personae*, ou também conhecida por *adoção dirigida*, não se desvirtua por completo dos trâmites estabelecidos em lei para adoção. Ela apenas se constrói sob a ótica desvinculada dos cadastros e das filas, o que, em tese, não é o mais adequado e recomendado pelo ECA, visto que a existência dos referidos cadastramentos e das filas pressupõem uma necessidade de respeitá-las, já que há uma razão para que elas funcionem. Entretanto, para Maria Berenice Dias<sup>51</sup>, o mero desrespeito a eles não configura óbice a concessão da adoção, conforme se vê no seguinte trecho:

---

<sup>49</sup> DIAS, Maria Berenice FARIAS, *Apud* Christiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 10ª Edição. Salvador. Ed. JusPodivm, 2018, p. 1.020.

<sup>50</sup> FARIAS, Christiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 10ª Edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018, p. 1.019-1.020

<sup>51</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Famílias**. 10ª Edição Rev. e Atual. e Ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 486.



E nada, absolutamente nada, deveria impedir a mãe de escolher a quem entregar o seu filho. Às vezes é a patroa, às vezes uma vizinha, em outros casos é um casal de amigos, que têm certa maneira de ver a vida, ou uma retidão de caráter, que a mãe considera serem os pais ideais para seu filho.

Consoante o entendimento da mencionada doutrinadora, a modalidade de adoção abordada nesta discussão apresenta pontos de divergência na jurisprudência, que, em muitos casos não admite a concessão da habilitação, pelo fato de não haver cadastro prévio, em conformidade com a lei. Nesta seara, é cabível uma reflexão do que se pondera na situação: o formalismo, representado pela obrigatoriedade do cadastro e das filas; a afetividade, materializada na relação de filiação exibida perante o juízo no ato da demonstração inequívoca volitiva a respeito da adoção *intuitu personae*. É preciso ressaltar que a decisão acertada, nestas circunstâncias, deve considerar o caso concreto, razão pela qual não cabe demoradas discussões no presente trabalho. Porém, é preciso indicar que, à proporção que se aumenta o desrespeito às filas e aos cadastros, o desânimo e o descrédito no sistema adotivo cresce, também, o que não deve ser esquecido no momento da problematização da adoção envolvendo esta modalidade.

Por fim, a *adoção à brasileira* é uma modalidade ainda bastante utilizada no país, muito embora esta esteja descompassada com a legislação pátria a respeito do tema. Isso porque, em tese, a forma como se conduz este tipo de adoção não segue o padrão configurado no ordenamento jurídico. Isso significa dizer que, apesar de recorrente, este tipo de adoção não está em completa harmonia com os ditames legais. No entanto, este não deve ser um motivo para ignorar a realidade da sociedade brasileira, sob pena de apego ao formalismo em detrimento da instrumentalização de direitos fundamentais. Assim, o conceito de adoção à brasileira, nas palavras de Nelson Rosenvald e Christiano Chaves<sup>52</sup>, deve ser entendido como:

(...) um fenômeno comum e usual: o fato de *uma pessoa registrar como seu um filho que sabe não ser*. É o exemplo do homem que, envolvendo-se afetivamente com uma mulher já grávida ou com um filho, registra o filho dela como se seu filho, também, fosse, escapando ao procedimento judicial da adoção, exigido pela lei. É expediente ilícito, porque contrário à norma jurídica, não podendo ser equiparado ao ato formal e solene, em juízo, de adoção - grifo adicionado.

---

<sup>52</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 10ª Edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018, p. 1.003

Tendo em vista que a adoção nos “moldes brasileiros” representa nada mais do que o registro de um filho como se fosse seu – biologicamente falando –, resta inequívoco o cometimento de um expediente ilegal: a figura do art. 242 do Código Penal, tipifica justamente esta conduta. Ou seja, pela letra fria da lei, não haveria que se falar em adoção à brasileira como válida, contudo, é possível encontrar julgados em que ela não somente é reconhecida, mas também é considerada válida pelo Superior Tribunal de Justiça. Para Dimas Messias de Carvalho, não se pode considerar esta hipótese como uma “adoção jurídica, mas como uma forma de reconhecimento irregular de paternidade/maternidade declarando no registro civil filho alheio como próprio”.<sup>53</sup>

Nesta perspectiva, é razoável ponderar aqui alguns pontos principais na discussão que envolve a adoção na metodologia que ficou conhecida como “à brasileira”. Em primeiro lugar, não se pode esquecer que o próprio direito penal reconhece a forma privilegiada do delito, bem como estabelece a possibilidade de perdão judicial, se comprovada a nobreza do ato, nos termos do parágrafo único do art. 242, CP. Ao discorrer sobre o tema, Caio Mário<sup>54</sup> apresenta a forma como a doutrina compreende a adoção à brasileira, senão vejamos:

*Quando o crime é praticado por motivo de reconhecida nobreza, configura-se a forma privilegiada em que a pena é de um a dois anos de detenção. (...) Prevê também a lei a possibilidade de perdão judicial para a hipótese de ter sido o crime praticado por motivo de reconhecida nobreza. Não exclui o delito, porém, o fato de não ter sido causado prejuízo ao recém-nascido abandonado e a nobreza do motivo, embora já se tenha decidido o contrário. (...) A conhecida Adoção à Brasileira ocorre com frequência quando a adotante registra a criança, tida por terceiro, como filho, usando declarações falsas das maternidades ou hospitais, ou mesmo usando o artifício de a mulher comparecer a cartório acompanhada de duas testemunhas e declarar que teve o filho em casa – grifos adicionados.*

Fato é que, as motivações para o uso desta modalidade de adoção são as mais diversas, como desânimo com a burocratização, incertezas sobre a reação do filho adotivo ao saber que não possui vínculos biológicos com seus pais, temor de que o infante não seja designado aos pretendentes, dentre outras. É neste sentido, inclusive, que discorre Kátia Maciel<sup>55</sup> sobre a questão, a saber:

---

<sup>53</sup> CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias**. 4. Edição. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 632-633

<sup>54</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições do Direito Civil**. Volume V. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense, 2011, p. 415

<sup>55</sup> MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso De Direito Da Criança E Do Adolescente: aspectos práticos**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2007, p. 223.

Muitas pessoas assim procedem, por motivos os mais diversos, dos quais podemos enumerar: não desejarem que o fato seja exposto em um processo, achando que assim agindo a criança nunca saberá que foi adotada; receio que a criança lhes seja tomada ao proporem a ação, considerando a existência do cadastro que deve ser respeitado; medo de não lhes ser concedida a adoção.

Em verdade, trata-se, portanto, de um recurso informal encontrado pelas pessoas, com o objetivo de burlar a máquina burocrática estatal, sem necessariamente manifestar, mesmo que tacitamente, o desejo de corromper a legalidade. Notadamente, a maioria dos casos recai sobre o expediente ilegal justamente com o ânimo de dar uma família ao infante desprovido dela, expressando, assim, a causa nobre de que trata o parágrafo único do art. 242, CP. Neste sentido, há que se observar que, muito embora o Estado tenha buscado espaços para intermediar as relações de substituição de família e respectiva colocação em uma nova, estas tentativas apresentam lacunas que devem ser preenchidas por soluções mais eficazes.

Cabe enfatizar que a jurisprudência moderna vem prestigiando os vínculos socio-afetivos, na medida em que considera fundamental a ponderação dos princípios de melhor interesse da criança e proteção integral, além daquele que remete à prioridade absoluta. Em recente decisão, o STJ se manifestou com este mesmo entendimento, senão vejamos:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. SOCIOAFETIVIDADE. ART. 1.593 DO CÓDIGO CIVIL. POSSIBILIDADE. PATERNIDADE. RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO. REGISTRO. ART. 1.604 DO CÓDIGO CIVIL. ERRO OU FALSIDADE. INEXISTÊNCIA. ANULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. 1. A socioafetividade é contemplada pelo art. 1.593 do Código Civil, no sentido de que o parentesco é natural ou civil, conforme resulte da consanguinidade ou outra origem. 2. Impossibilidade de retificação do registro de nascimento do menor por ausência dos requisitos para tanto, quais sejam: a configuração de erro ou falsidade (art. 1.604 do Código Civil). 3. A paternidade socioafetiva realiza a própria dignidade da pessoa humana por permitir que um indivíduo tenha reconhecido seu histórico de vida e a condição social ostentada, valorizando, além dos aspectos formais, como a regular adoção, a verdade real dos fatos. 4. A posse de estado de filho, que consiste no desfrute público e contínuo da condição de filho legítimo, restou atestada pelas instâncias ordinárias. 5. A "adoção à brasileira", ainda que fundamentada na "piedade", e muito embora seja expediente à margem do ordenamento pátrio, quando se fizer fonte de vínculo socioafetivo entre o pai de registro e o filho registrado não consubstancia negócio jurídico sujeito a distrato por mera liberalidade, tampouco avença submetida a condição resolutiva, consistente no término do relacionamento com a genitora (Precedente). 6. Aplicação do princípio do melhor interesse da criança, que não pode ter a manifesta filiação modificada pelo pai registral e socioafetivo, afigurando-se irrelevante, nesse caso, a verdade biológica. 7. Recurso especial não provido<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> BRASIL. **REsp 1.613.641/MG**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 29/05/2017, disponível em <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201402912140&dt\\_publicacao=29/05/2017](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201402912140&dt_publicacao=29/05/2017)>. Acesso em 13.10.2018.

No caso em tela, o Superior Tribunal de Justiça não concedeu a anulação da paternidade, apesar de esta ter sido materializada por meio de adoção à brasileira, em virtude da predominância dos vínculos socio-afetivos. É dizer, este elemento é a chave principal para fundamentar a relação de parentalidade, não importante, nestas circunstâncias a ausência de liame genético, sob pena de se descartar a filiação mantida por anos, com toda a sua carga histórica e familiar. Não é mais admissível, então, que a lei se sobreponha aos princípios que norteiam o direito de família e, consecutivamente, o direito da criança e do adolescente.

Por esta razão, a adoção à brasileira é considerada uma modalidade de adoção, tendo em vista a preponderância dos princípios constitucionais na análise das relações de parentalidade, ensejando em um escopo que prioriza a dignidade da pessoa humana e tutelando direitos fundamentais. Ante ao exposto, este último tipo mencionado neste capítulo é o foco do presente trabalho, com a finalidade de entender quais são os maiores entraves para que o expediente informal seja usado em maior escala que os demais, todos compassados com a legalidade, porém, não dando conta da conta final das estatísticas da adoção: sobram crianças aguardando uma nova família, ao mesmo tempo que filas intermináveis de pretendentes se formam, após a habilitação.

### **2.3. Mudanças legislativas no instituto da adoção: Lei nº 12.010/09 e Lei nº 13.509/17 como alterações relevantes para o estudo da adoção.**

Tendo em vista a atividade legislativa no que toca ao tema, é de boa sugestão evidenciar aquela que trouxe à baila o Cadastro Nacional de Adoção e os Cadastros Estaduais, em primeiro lugar. A lei responsável por isto foi a Lei nº 12.010/09, cujas bases representam o progresso jurídico sobre o direito da criança e do adolescente, por meio do aperfeiçoamento dos trâmites legais que regulam o instituto da adoção. Com o objetivo de oportunizar cada vez mais crianças a nova chance de ter uma família, a referida lei viabilizou direitos até então obscuros. Neste sentido, com a divulgação do perfil dos candidatos à adoção e dos infantes e adolescentes aptos para serem adotados, na forma do §5º do art. 48, ECA. Tamanha é a responsabilidade atribuída pelo legislador aos responsáveis pelo cadastro, que este estabeleceu pena de multa de mil a três mil reais para o descumprimento do respectivo cadastramento, pelo que consta no art. 258-A, ECA, o que, por si só, demonstra a preocupação do legislador em implementar esta inovação.

A partir da Lei 12.010/09, importante notar que os termos pejorativos voltados para as crianças foram, de alguma maneira, remodelados, para, então, verbalizar o infante como sujeito de direitos sobre o qual a Constituição Cidadã e o Estatuto da Criança e do Adolescente versam. Além disto, visando maior adesão ao instituto da adoção, a lei ajustou a idade que outrora era exigida: se antes o requisito que recaía sobre o elemento etário era o alcance de vinte e um anos, com a nova lei, este passou a ser de dezoito anos. Isso demonstra a preocupação do legislador em, primeiro, facilitar o processo de habilitação, mas não somente isto, também ajustar a lógica do ordenamento jurídico ao contexto de capacidade civil e penal, que é justamente de dezoito anos atualmente no Brasil.

Outra significativa alteração que revelou o caráter progressista da lei em discussão é a substituição do termo “pátrio poder” para “poder familiar”, cuja compreensão se apresenta em perfeita harmonia aos novos conceitos do direito de família, na medida em que retira da figura do homem/pai o protagonismo na constituição da família e distribui a todos os seus componentes, o que, claramente, representa um ajuste à nova dinâmica social no âmbito familiar. Cumpre ressaltar que a Constituição Federal/88 já havia determinado a atuação dos genitores no exercício do até então “pátrio poder”. No entanto, é de se reconhecer que a expressão mais adequada foi trazida pelo legislativo somente em 2009, com a lei 12.010.

Além disto, pode-se apontar a inovação operada pelo art. 8º, sobretudo em seu §5º, que, pela redação emprestada pela Lei 13.527/2016, atentou para a causa das gestantes, no sentido de oferecer o direito de atendimento psicológico durante o processo gestacional. Este direito está atrelado à proteção à saúde não só da genitora, como também de seu filho. Cumpre lembrar que, neste aspecto, o legislador não se esqueceu daquelas mães que pretendem entregar o filho à adoção, o que garante àquela mulher a certeza de que o Estado não a desampara em seu processo puerperal, nem mesmo retira sua proteção por seu interesse em entregar a criança para uma nova família.

Quanto à família substituta, o diploma legal em tela também teceu algumas considerações, como, por exemplo, aquelas que consideram prioridade a colocação de irmãos na mesma família, para que não se rompam os laços fraternais, bem como a elaboração de laudo pelos assistentes da justiça, que compõem uma equipe interdisciplinar para o convencimento

ou não do juiz da vara competente, bem como o acompanhamento destes em fase posterior à concessão da adoção, a oitiva dos infantes pelos profissionais supracitados, etc.

É de fundamental importância ressaltar, inclusive, que o aspecto irrevogável e excepcional da adoção foi regulamentado em lei por meio do art. 39, §1º, cuja redação fora incluída com a lei nº 12.010/09, muito embora este já fosse um ponto incontroverso no âmbito doutrinário. Além deste ponto, foi o mencionado diploma legal que regulamentou a adoção conjunta tendo condição a comprovação do ajuste de regime de visitação e guarda – art. 42, §§4º e 5º - e também fortaleceu a discussão acerca do estágio de convivência, período este responsável pelo momento de adaptação mútua entre pretendentes e adotando(s). A propósito, no ajuste feito pela lei em tela a respeito da adoção conjunta, o estágio de convivência deve ter sido iniciado antes da separação ou do divórcio, o que, mais uma vez, indica a relevância do período de convívio que o legislador pretendeu dar.

Em verdade, a lei 12.010/09 balizou o estágio de convivência, na medida em que estruturou os seus critérios de operacionalização. Por esta razão, o advento dela se revelou um marco para o instituto da adoção, porquanto regulamentou diversos pontos que facilitam o procedimento burocrático que envolve as partes pretendentes, bem como esclareceu assuntos até então obscuros. Porém, cabe a ressalva de que isto não foi suficiente para desaparelhar o processo que até hoje permanece lento, dotado de burocracia – nem sempre necessária -, o que muitas vezes gera desânimo na utilização do expediente legal, para então o uso da informalidade.

Para além do exposto, também foi instituído o direito do adotado de conhecer suas origens biológicas por meio do amplo acesso ao processo de habilitação à adoção, o que, certamente, surgiu como inovação legislativa de grande valia ao infante e ao adolescente, visto que preserva sua imagem e sua honra, ambos direitos da personalidade garantidos pelo Código Civil. É que, ao garantir a possibilidade de buscar sua origem e as demais informações sobre o processo de adoção, o adotado vê sua história, sem maiores prejuízos aos diversos traumas que o sigilo sobre seu passado causa. Normatizado pelo art. 48 e seu parágrafo único, este direito tornou o ordenamento jurídico pátrio mais coerente entre si no que tange ao tema, já que, apesar de assegurar a busca pelas origens do adotados, em momento algum desfaz a adoção, que é

irrevogável. Antes, somente resgata o histórico de vida daquele, para que contemple seus direitos à personalidade de maneira integral.

Já a Lei 13.509/17, legislação mais recente que modificou não somente o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas também a Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”) e o Código Civil, foi protagonista de mais um mecanismo facilitador do instituto da adoção. Conhecida como “lei da adoção”, esta teve a finalidade de evitar o alto índice de informalidade representado pela adoção à brasileira. Enquanto na CLT as alterações passaram pela materialização de direitos das adotantes em relação àqueles que as gestantes já possuíam – como direito à estabilidade e à licença maternidade –, no ECA, a referida lei trouxe dinamismo ao procedimento que viabiliza a adoção.

Quanto a matéria do ECA, o supracitado diploma legal dispôs de inclusão do art. 19-A, que trata da gestante ou da mãe que manifesta interesse em entregar filho para adoção. Nele, o legislador pretendeu dar amparo psicológico a estas mães, garantindo-lhes o direito de assistência estatal e, assim, incentivando a intermediação do Estado no procedimento de adoção. Soma-se a isto a redação do §3º do mesmo artigo, cujos limites bem delineados de noventa dias para a busca de família extensa – de que trata o art. 25, ECA – revelam a tentativa de desburocratização para maior incentivo da via legal do instituto. Ainda há que se destacar a inovação de grande valia para instrumentalizar a adoção: o direito de sigilo na entrega da criança, por força do §5º do art. 19-A, que formaliza a responsabilidade do Estado de proteger pessoas com temor de utilizarem o procedimento legal, por alguma desinformação – pensarem que é crime a entrega para adoção, medo de serem julgadas ou sofrerem retaliações da própria sociedade, dentre outras motivações de ordem subjetiva.

Notadamente, o legislador tentou de todas as formas apresentar alterações que representassem um chamado à adoção pelo método formal, sob mediação do Estado. Tal afirmação é comprovada, por exemplo, na análise dos arts. 46, 47 e 152, §2º, ECA, que tiveram suas redações alteradas para enquadrar prazos de maneira verossímil à realidade brasileira, tendo em vista que restou claro o desânimo dos pretendentes em utilizar a via legal também por prazos extensos e demorados. Nesta lógica, há que se falar da perspectiva inclusiva proposta pelo §15 do art. 50, ECA, que assegura a prioridade para aqueles infantes detentores de alguma

deficiência, o que, mais uma vez, demonstra o intento legislativo para facilitar o déficit numérico dos que estão na fila para adotar e os que esperam uma família.

É de boa sugestão destacar também que o art. 197-E, §2º, acrescentado pela Lei 13.509/17 trouxe importante regulamentação ao sistema de adoção, com a determinação de nova avaliação da equipe interprofissional a cada três meses. Esta medida contribui para o ajustamento das circunstâncias encontradas nos cadastros, visando ao sucesso nas tentativas de oferecer uma nova família a quem não tem e propiciar o exercício da parentalidade àqueles que, por alguma razão, não a tiveram. Aliás, esta mudança também teve efeitos na Constituição, dando nova redação ao art. 19, §1º. Dessa forma, há que se falar em avanços no âmbito legislativo para o instituto objeto deste trabalho, haja vista as tentativas de contornar a informalidade em grande escala no Brasil e incentivar o modo judicial de adoção, ocasião em que o Estado pretende atuar em cooperação com os demais participantes da relação, na condição de garantidor de direitos fundamentais e mediador de interesses, para que todos eles sejam declinados para o melhor interesse da criança.

Fato é, contudo, que há questões ainda sem resolução para que a adoção seja largamente utilizada, sobretudo pela via judicial. Isto é, muito embora esta última lei tenha trazido importantes transformações para a lógica do direito da criança e do adolescente no que se refere à adoção, é preciso observar que existem pontos controversos, como por exemplo o direito à entrega sigilosa pela mãe, mas ao mesmo tempo a garantia de busca de origens biológicas e de todo o processo de adoção. Parece que o legislador não se preocupou em responder a esta lacuna jurídica que pode causar eventuais conflitos na jurisprudência. Outro assunto também relevante e confuso foi o enxugamento dos prazos, que, a princípio, é de ótima sugestão, mas não é certo que o judiciário e seus assistentes consigam atender a estas expectativas legislativas, o que torna a lei um pouco distante da realidade apresentada atualmente.

Ou seja, ao mesmo tempo que a referida lei trouxe aspectos positivos e tornou o procedimento de habilitação mais justo e fluido, ela apresentou inconsistências que ainda devem ser sanadas. Para além disto, ressalta-se que a longa espera na fila e o número de crianças sem uma família representam uma estatística que não encontra lógica: no jargão popular, é possível dizer que “a conta não fecha!”. Segundo dados oferecidos no CNJ de até abril de 2018, há cerca de pouco mais de 40 mil pretendentes à adoção e quase 9 mil crianças esperando para



serem adotadas<sup>57</sup>. Diante deste cenário, é preciso encontrar ferramentas que efetivamente transformem o processo de habilitação mais ágil e célere, atraindo os pretendentes com garantias que se voltem para o melhor interesse da criança, sem burocratizar cada etapa do procedimento judicial. Nesse contexto, importante uma reflexão acadêmica e, por que não, doutrinária, a este respeito, para que se ajustem os pontos fora da órbita verossímil do âmbito do direito de família.

---

<sup>57</sup> BRASIL. “Três vivas para a adoção – guia para adoção de crianças e adolescentes”. Disponível <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/05/085549ad1ee68b11de13a0e037d6e95b.pdf>>. Acesso em 05.nov.2018

### **3 – PROPOSTAS PARA A ADOÇÃO NO BRASIL**

#### **3.1. Problemas decorrentes do modelo vigente: burocratização e excessiva espera.**

##### **3.1.1. A burocratização como obstáculo ao expediente legal.**

Como procedimento formal que é, a adoção possui trâmites específicos e ditados em lei, com o objetivo de concentrar, no Estado, o controle do fluxo de crianças em colocação de família substituta e seus respectivos efeitos na sociedade, tendo em vista a finalidade última da preservação dos direitos e das garantias materialmente constituídas pela Constituição Federal, pelo ECA e demais leis que envolvem o processo de habilitação. Neste contexto, há que se ressaltar, porém, que, embora haja o cuidado estatal em proteger as partes desta relação, a densa burocratização exerce influência negativa na tomada de decisão dos pretendentes à adoção, o que, notadamente, prejudica os próprios adolescentes e as crianças que esperam por uma nova família.

Em primeiro lugar, é necessário um olhar para os obstáculos que se apresentam, apesar das inovações legislativas que tinham por finalidade justamente agilizar todo o procedimento de habilitação. Isto é, há que se notar a burocratização excessiva, fundada na expectativa de proteção ao menor, que, em última análise, acaba por desanimar os pretendentes à adoção, visto que tomam conhecimento de uma série de obrigações paralelas antes mesmo de ingressar com a ação de habilitação. Logo em seguida, mais uma vez, aqueles que buscam adotar se veem diante de uma longa espera durante o procedimento judicial e, após, na fila de aguardo. Estes elementos, por si só, já bastariam para caracterizar a morosidade do processo de adoção. Contudo, não é somente isto que gera o desconforto dos indivíduos no uso do expediente legal para adotar.

Assim, uma primeira consequência da demora nos processos de adoção é o descrédito no Poder Judiciário e, respectivamente, no Estado, ao passo que a longa demora nas filas de adoção ainda é, muitas vezes, aumentada pelo desvio na ordem de espera. Ou seja, enquanto existem meios de burlar o expediente legal, aqueles que optam pelo método adequado para adotar, o judicial, acabam por se frustrar, baseados na crença de que o sistema determinado em lei para adoção não surte o efeito necessário. Isso significa que, quanto mais pessoas burlam o procedimento legal, furando as filas, mais ainda a desconfiança dos pretendentes e possíveis

interessados em adotar no Estado. Da mesma forma Maria Berenice Dias expõe o assunto, ao argumentar que o conjunto de leis que regem o procedimento de adoção se tornou um fim em si mesmo, sem que houvesse efetivamente um resultado esperado, o de facilitar os trâmites para adotar:

A finalidade das listas é agilizar o processo de adoção, organizar os pretendentes à adoção, facilitar a concessão da medida, e não para obstaculizá-la. Estabelecido vínculo afetivo com a criança, é perverso negar o pedido e entregá-la ao primeiro inscrito. Tal postura desatende aos interesses prioritários de quem goza da especial proteção constitucional. A enorme burocracia que cerca a adoção faz com que as crianças se tornem “inadotáveis”, palavra feia, quase um palavrão, que significa crianças que ninguém quer, seja porque já não são bebês, seja porque não são brancas, não são perfeitas (...). Portanto, *o que era pra ser simples mecanismo, singelo instrumento agilizador de um procedimento, transformou-se em fim em si mesmo. Em vez de libertário, passou a ser um fator inibitório e limitativo da adoção*<sup>58</sup> – Grifos adicionados.

Em verdade, fica claro que burocratizar em excesso os procedimentos legais para adoção não traz a finalidade esperada: agilizar e estimular o uso do método definido em lei. Antes, estabelece-se uma lógica em desarmonia com a própria diretriz constitucional de atender ao melhor interesse da criança, dando-a proteção integral e prioridade absoluta. Neste sentido, um dos elementos que se tornam problemáticos na análise do procedimento de habilitação é a própria burocratização resultante do ordenamento jurídico correspondente, na medida em que não contribui para o desafogamento dos cadastros de pretendentes e crianças que aguardam uma família, pelo contrário, obstrui ainda mais o fluxo de novas famílias.

Em segundo lugar, é preciso olhar para a busca da família extensa e/ou ampliada, nas hipóteses de destituição do poder familiar, procedimento que, por si só, já corresponde a um trâmite demorado. Isso porque, nestas situações, muitas vezes o Judiciário insiste em procurar algum familiar mais distante que possa receber a criança, enquanto o tempo transcorre e o crescimento daquela criança ocorre sem a devida atenção que deveria e, por que não, poderia, se estivesse adotada por uma família substituta. É dizer, um ponto a se problematizar nos processos de adoção é o de que o formalismo não deve prevalecer sobre a verdade real dos fatos, no sentido de que se não há elementos suficientes para atender os princípios constitucionais para a busca da família extensa, há que se dar início a uma nova história na vida

---

<sup>58</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10ª Edição. Rev., atual. E ampl. – São Paulo: editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 507

do infante, sob pena de violar toda orientação pró criança de que o Brasil é adepto. Sobre o tema, Vanessa Cirio Uba e Fernanda Cristina Koester<sup>59</sup> explanaram:

(...). Todavia, há um grande número de crianças esquecidas no país, sendo que o dado de que podem existir 80.000 crianças e adolescentes vivendo em abrigos assusta. Tais crianças acabam ficando em um *'limbo legal'*, já que não podem viver com a família biológica nem em uma família adotiva. Outra parcela de crianças e adolescentes que fica no citado *'limbo legal'* é a que está acolhida, possui processo judicial, mas ainda não está desvinculada legalmente da família de origem, não estando, por consequência, apta à adoção por outra família. O dado preocupante é que a imensa maioria dos acolhidos se encontra nessa situação, sendo essa outra razão pela qual há a permanência prolongada nas instituições. Tais crianças não podem voltar a viver com a família biológica, nem serem adotadas. Nesses casos, *a intervenção com a família de origem deve ser eficaz, com vistas à solução do problema e decisão no tocante à destituição dos pais do poder familiar ou não, para que a situação jurídica e da vida da criança ou adolescente se defina*. Está-se a tratar dos processos judiciais em relação aos acolhidos no Brasil. Os processos de medida de proteção e de destituição do poder familiar deveriam ser céleres, pela absoluta prioridade da população infanto-juvenil em ter suas questões resolvidas perante o Judiciário. Entretanto, muitas vezes, o prazo trazido pelo Estatuto para a conclusão do processo de destituição do poder familiar (120 dias) ou o prazo máximo de permanência na instituição (dois anos) não são cumpridos, pela demora além do que seria considerado normal dos processos judiciais no tocante aos acolhidos institucionalmente - Grifos adicionados.

Fato é que a criança em desenvolvimento não pode sofrer o dano de perder boas oportunidades de receber uma família e todo o seu apoio, na totalidade, em razão da morosidade de um processo que se apegua ao formalismo e despreza, em última análise, a prioridade absoluta do infante. Isto é, ao insistir na busca pela família extensa de forma indefinida, perde-se o tempo que poderia ser aproveitado ofertando a possibilidade de convívio familiar e desenvolvimento da criança com uma nova família, restando, assim, a efetividade e a instrumentalidade do processo judicial em que ela se insere e o seu próprio fim: atender ao melhor interesse da criança. Não é difícil a compreensão de que a demora nos procedimentos de destituição do poder familiar acaba por fazer transcorrer o tempo para o próprio infante, sem uma solução que permita seu pleno crescimento adequado, nas melhores condições possíveis.

Cumprir lembrar que a Lei Nacional da Adoção – Lei 12.010/09 – trouxe a figura da família extensa, com a finalidade de privilegiar os vínculos biológicos de parentalidade e filiação. Contudo, há que se ressaltar que este objetivo deve ser ponderado, conforme já

---

<sup>59</sup> UBA, Vanessa Círio; KOESTER, Fernanda Cristina. Adoção Tardia e a Constituição da Família: uma Análise Jurídico-Social, **Publica Direito**. 2011, p. 12. Disponível em < <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=37d0b499fb84a552> >. Acesso em 08.nov.2018

explanado, sob pena de prejudicar a criança envolvida no procedimento de destituição do poder familiar, deixando de lado a construção da convivência pelo afeto com nova família, também reconhecido no ordenamento jurídico como elemento fundamental para a estrutura familiar. Nesta perspectiva, Tânia da Silva Pereira<sup>60</sup> elucida a questão de modo claro: a busca pela família ampliada não pode se sobrepor ao melhor interesse da criança, se verificado que a morosidade está afetando seu pleno desenvolvimento enquanto sujeito de direitos, e é isto que se depreende do trecho a seguir:

A priorização da família natural não pode ser interpretada sem se considerar o melhor interesse da criança no caso concreto, devendo haver uma análise que resulte na solução que atenda primordialmente ao seu bem-estar e ao seu desenvolvimento saudável. Se, para isso, for necessário o afastamento da criança ou do adolescente de seus pais biológicos, a equipe interdisciplinar e as autoridades judiciárias devem providenciar, o quanto antes, a medida. (...) A ação de destituição poderá ser processada cumulativamente com o processo de adoção (art. 169, ECA).

Portanto, é de fácil percepção que a burocratização é uma pauta que deve ser analisada sob a ótica que, em verdade, priorize o infante: ao entender que ela é extremamente prejudicial para a criança e o adolescente e, também, para os próprios objetivos das leis que regulam todos os trâmites envolvidos no assunto, há que se refletir até que ponto ela realmente é válida. Isto é, um problema enfrentado, hoje, no território nacional, no que se refere à adoção é o aparato burocrático atrelado ao processo judicial de habilitação e, por que não dizer, inclusive, das etapas anteriores a eles, no âmbito extrajudicial. Um exemplo disto é o número reduzido de reuniões com a equipe interdisciplinar antes da abertura do processo de habilitação disponíveis por mês para atender ao requisito total de presenças necessárias ao final de todo o processo – ao que parece, uma quantidade elevada -, que acaba por limitar o acesso à justiça tanto sob a perspectiva do pretendente como do adotado. As mencionadas reuniões ocorrem poucas vezes ao mês, e, caso os pretendentes não possam se fazer presentes nela, por alguma razão, precisam aguardar o próximo mês para completar a quantidade requisitada de presença em reuniões.

Neste contexto, a burocratização se apresenta nas formas de requisitos que privilegiam o formalismo, sob o manto da proteção integral à criança e dos próprios pretendentes, revelados nos aspectos judicial e extrajudicial. Esta operacionalização legislativa não parece surtir os efeitos desejados pelo legislador, nem mesmo pelo Estado, que é o primeiro interessado em

---

<sup>60</sup> PEREIRA, Tânia da Silva. **Tratado de Direito das Famílias**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 387-388.

tutelar os direitos da criança e do adolescente. Notadamente, o excesso de normas e procedimentos para adotar, ao invés de materializar um acesso amplo à filiação socioafetiva, tornou ela mais distante, pelo descrédito na efetividade do aparato estatal e judicial, em razão da demora que é consequência das condições necessárias que os pretendentes precisam atingir, além do fator também já citado de apego ao formalismo no que diz respeito à busca da família extensa do modo indefinido, mesmo quando já não é vantajoso para o infante. É de fácil constatação, então, que a burocratização é uma dificuldade enfrentada pelo Estado no tema da adoção.

### **3.1.2. Preferências pessoais e prioridades do Estado.**

Na mesma linha de raciocínio do tópico anterior, cabe ressaltar que a burocracia não é o único entrave que o sistema atual de adoção enfrenta. Um grande desafio no desencontro dos dados estatísticos também é resultado da cultura da população brasileira, que, muitas vezes, não pretende aceitar crianças detentoras de alguma deficiência física ou mental. Ou seja, conforme dados do CNJ, há cerca de 25,68% de crianças mapeadas no Cadastro Nacional de Adoção que possuem algum tipo de doença. Este entrave revela o descompasso entre a nova lógica do ordenamento jurídico e, em última instância, do próprio Estado, em priorizar a adoção deste grupo de crianças e adolescentes e as preferências pessoais do povo brasileiro.

A priorização dos portadores de deficiência ou algum tipo de doença crônica surgiu a partir da modernização da legislação, que se deu no sentido de garantir os mesmos direitos àquelas minorias muitas vezes deslocadas para segundo plano, sem que haja uma diretriz específica da lei para impulsionar a efetividade das garantias que indivíduos desprovidos de dificuldades mentais ou físicas. Ou seja, a lógica da inclusão se iniciou com a Constituição Cidadã, em 1988, e progrediu ao decorrer do tempo, com a edição da lei 12.955/14, por exemplo. A referida lei trouxe o §9º do art. 47, ECA, positivando, literalmente, a prioridade na tramitação dos processos envolvendo crianças ou adolescentes com deficiência ou doença crônica.

A urgência materializada neste parágrafo 9º do art. 47 retrata a realidade encarada no país: são as crianças e os adolescentes deficientes que mais precisam de uma família, para que recebam apoio, estimulando um progresso hipotético que, em casos específicos, pode ser maior

inclusive se forem adotados. Por esta razão, o legislador estabeleceu a preferência de tramitação aos processos judiciais relacionados à adoção de crianças com deficiência. Contudo, embora esta tenha sido uma prioridade do Estado, as preferências pessoais dos pretendentes ainda não caminham na mesma direção. Isto é, segundo dados do CNJ atualizados até 2016, dos 34.809 pretendentes à adoção, bem mais da metade – 24.266 de pessoas <sup>61</sup>– só aceitavam infantes sem quaisquer tipo de doença crônica ou deficiência, o que gera um desequilíbrio nos números do cadastro. Ainda de acordo com as estatísticas do CNJ, apenas 8% das adoções realizadas nos últimos cinco anos, de 2013 a 2018, foram de crianças com algum tipo de deficiência.<sup>62</sup>

Cabe destacar, neste assunto, que as crianças cadastradas no CNA que possuem alguma doença estão divididas em: (i) 90 crianças com HIV; (ii) 380 com alguma doença detectada; (iii) 80 crianças com doença física; (iv) 107 infantes com doença mental; (v) 188 crianças com doença tratável; (vi) 22 crianças com doença não tratável; (vii) 85 crianças com diagnóstico não realizado; (viii) 6.456 crianças sem doenças detectadas<sup>63</sup>. Estes dados são importantes para a compreensão de como o universo de infantes que aguardam família substituta não é homogêneo. Não há como categorizá-las apenas como “doentes mentais” ou “doentes físicos”. É preciso cautela ao realizar uma análise da condição das crianças aptas à adoção, o que significa dizer que, embora não sejam completamente saudáveis, elas podem perfeitamente desenvolver suas capacidades, sobretudo quando cobertas de afeto, cuidado e apoio familiar.

Assim, importante notar que não existem crianças e adolescentes “inadotáveis”, sob pena de reduzir os infantes deficientes à meras vidas dependentes, e não sujeitos de direitos, como a própria Constituição Federal/88 configurou todas as crianças, especialmente dando a elas o direito de proteção integral, de modo que se respeite o seu melhor interesse e tutele sua prioridade absoluta. Neste sentido, apesar de não se tratarem de crianças inadotáveis, em muitos

---

<sup>61</sup> BRASIL. “Dois anos após a edição, lei que prioriza adoção de crianças com deficiência tem pouco resultado”. Disponível em

<<http://ibdfam.org.br/noticias/5904/Dois+anos+apos+edicao+lei+que+prioriza+adocao>>. Acesso em 13.nov.18.

<sup>62</sup> BRASIL. “Larissa: quebrando a barreira da adoção de crianças com deficiência”. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86328-larissa-quebrando-a-barreira-da-adocao-de-criancas-com-deficiencia-2>>. Acesso em 13.nov.18.

<sup>63</sup> *Ibidem*, Loc. Cit.

casos, resta a impressão de que são crianças invisíveis, nos termos de Maria Berenice Dias, em artigo veiculado no sítio eletrônico do IBDFAM, em fevereiro de 2018.<sup>64</sup>

De fato, a mentalidade da população brasileira acerca da adoção ainda não é inclusiva, notadamente perceptível pelos dados estatísticos do CNJ, mas, para além disto, é possível observar outra explicação pela qual adotar deficientes não representa um ato naturalizado em sociedade: a legislação pátria regulamentou, com mais vigor, os direitos dos deficientes recentemente e, aos poucos, este grupo social vem ganhando espaço dentro dos diversos contextos em que se inserem. A título de exemplo, pode-se destacar a lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência -, que, a propósito alterou o Código Civil para tornar estas pessoas consideradas plenamente capazes, o que, até então não era previsto em lei. Rosa Maria de Andrade Nery<sup>65</sup> abordou a criação da mencionada legislação, ocasião em que atentou o leitor para o “pleno exercício da cidadania” também pelo deficiente:

*A lei busca propiciar a inclusão social e o pleno exercício da cidadania a quem sofre qualquer uma dessas deficiências, avaliáveis por equipe multiprofissional e interdisciplinar capaz de detectar no periciando os impedimentos nas funções e estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais que norteiam a experiência dessa pessoa; as limitações no desempenho de atividades e as restrições de participação social efetiva do deficiente (EPD 2º, §1º, I a IV). (...) A não discriminação e a igualdade de todos é o ponto chave da funcionalidade normativa da L 13.146/2015, impondo-se a todos (particulares e Estado) o dever de denunciar o conhecimento de fato capaz de obstar o acesso de deficientes ao estatuto de paridade que se lhe oferece – Grifos adicionados.*

Cumprir lembrar a importância deste progresso legislativo, na medida em que isto representa o reconhecimento dos deficientes, em qualquer grau, como sujeitos de direito, protagonistas de suas próprias histórias e dotados de dignidade humana na mesma proporção que qualquer outro cidadão brasileiro. Por isso, com a finalidade de diminuição da desarmonia entre as prioridades atribuídas pelo Estado no que se refere ao processo de adoção e as preferências pessoais, é necessário que haja o fomento de políticas públicas de acesso a famílias substitutas, bem como aquelas de apoio e inclusão, por meio de campanhas que garantam a certeza aos pretendentes que não receberão maiores dificuldades aos serviços de que possuem direito somente pela condição de possuírem filhos deficientes.

---

<sup>64</sup> BRASIL. “Adoção: um direito que não existe”. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6535/Ado%C3%A7%C3%A3o%3A+um+direito+que+n%C3%A3o+existe>>. Acesso em 13.nov.18.

<sup>65</sup> NERY, Rosa Maria de Andrade. **Instituições de Direito Civil**: volume V: família. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2015, p. 430.



Outro ponto de desencontro no sistema adotivo contemporâneo no Brasil diz respeito a adoção de irmãos. Um obstáculo reconhecido para avaliar a maneira como funcionam as adoções no país é exatamente o grande número de infantes que possuem irmãos também aguardando por uma família, mas pretendentes que não aceitariam adotar mais de uma criança. Em verdade, esta situação é oriunda não somente de uma questão cultural, mas propriamente econômica: algumas famílias não se sentem preparadas para assumir despesas para mais filhos. No entanto, a Constituição, o ECA e as demais leis reguladoras da adoção prezam pela continuidade dos laços frateros, tendo em vista o seu rompimento materializar mais um trauma na vida destas crianças e adolescentes.

Importante notar que esta alteração legislativa, oriunda da Lei 13.509/2017, que reforçou a prioridade já estabelecida aos deficientes, e a fixou para irmãos no cadastro de adoção, por meio da redação do §15º adicionado ao art. 50<sup>66</sup>, ECA, não inova em aspectos antes tratados pelos princípios constitucionais. Isto é, não obstante esteja positivado em lei, os princípios legitimados pela Carta Maior de 1988 configuravam diretrizes para que se decidisse assim em processos de adoção, por meio do melhor interesse da criança e da proteção integral. Em verdade, mais uma vez fica perceptível que as leis reforçam o aparelhamento do Estado e sua respectiva burocratização. Isso significa que, ao invés de agilizar qualquer trâmite responsável pela adoção de crianças, as leis resultaram na prática do sistema adotivo.

Sob o manto constitucional e das demais leis ordinárias, resta clara a agenda estatal de acelerar os procedimentos de adoção envolvendo crianças com doenças e com um ou mais irmãos. No entanto, é de se ressaltar, também, o desencontro de interesses do Estado e dos pretendentes à adoção, no sentido de que não houve soluções eficazes destinadas ao problema dos cadastros em ordem nacional e estadual. Por esta razão, estas duas pautas dentro da lógica do direito da criança e do adolescente são válidas, mas não eficientes para os problemas periféricos ao abandono infantil e às famílias substitutas. A propósito, em entrevista sobre o

---

<sup>66</sup> BRASIL. **Lei 13.509/2017**. “Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm)>, acesso em 14.nov.18: Art. 50 § 15. Será assegurada prioridade no cadastro a pessoas interessadas em adotar criança ou adolescente com deficiência, com doença crônica ou com necessidades específicas de saúde, além de grupo de irmãos.” (NR)

tema, Marcos Vinícius Duarte, o presidente da Comissão de Direito de Família da OAB-CE, apresentou seus questionamentos:

Isso já era previsto, por que não aplicavam, criam essa expectativa na sociedade de que essa alteração vai ser uma varinha mágica, mas vão continuar separando irmãos para demorar adotar. O judiciário é aparelhado para não agilizar, mas para burocratizar, é uma cultura. Sou descrente a essas alterações, porque são pontuais, seria mais produtivo se criassem um estatuto da adoção para mudar tudo<sup>67</sup>.

A hipótese levantada por Marcos Venícius Duarte inclusive já está em andamento por meio do Projeto de Lei 394/2017<sup>68</sup>, que pretende alterar a lógica procedimental da adoção, com o objetivo de efetivar direitos fundamentais dos infantes, que, por diversos motivos, acabam sendo garantidos em lei, mas efetivados de maneira demorada na vida das crianças em desenvolvimento. O referido projeto foi elaborado em virtude do Projeto Crianças Invisíveis, de iniciativa do IBDFAM, que contou com a colaboração de juízes, promotores, advogados atuantes em Varas da Infância e da Juventude e desembargadores.

### **3.2. Alternativas ao problema da burocratização da adoção no Brasil.**

#### **3.2.1. Adoção à brasileira.**

Conforme já explicitado no capítulo anterior, a adoção à brasileira é uma modalidade de adoção que burla o expediente legal, mas vem recebendo o seu reconhecimento pela jurisprudência e olhares doutrinários a seu respeito. Conceituado como um registro de filho alheio como seu fosse, este tipo de adoção merece atenção especial dos juristas, porquanto apresenta uma resposta social a um dos maiores problemas enfrentados no sistema adotivo atual: a burocratização e o desânimo decorrente dela no processo de habilitação. Nos termos da filiação socioafetiva, a adoção à brasileira parece uma alternativa ao conflito trazido pela urgência em dar uma família substituta aos infantes e a necessidade de desafogamento dos números do CNA. Entretanto, é preciso observar alguns quesitos essenciais neste assunto, como a informalidade e o distanciamento da tutela estatal sobre a criança e, em última análise, sobre a própria família que irá se formar.

---

<sup>67</sup> BRASIL. “**Lei prioriza adoção de grupos de irmãos e adolescentes com problemas de saúde**”. Disponível em <<http://www.oestadoce.com.br/cadernos/direitojustica/lei-prioriza-adocao-de-grupos-de-irmaos-e-adolescentes-com-problemas-de-saude>>. Acesso em 14.nov.18.

<sup>68</sup> BRASIL. **Estatuto da Adoção**. “Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente”. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/estatuto.pdf>>. Acesso em 13.nov.18.

Em outras palavras, para além ilegalidade decorrente desta modalidade adotiva, o “jeitinho brasileiro” que chega até à adoção retrata, ao fim e ao cabo, um esvaziamento do respeito às filas organizadas pelos cadastros de adoção, o que, certamente, representa uma falha no sistema atualmente vigente. Nas palavras de Tânia da Silva Pereira<sup>69</sup>, a compreensão sobre o assunto é a seguinte:

Apesar de constituir crime contra o estado de filiação, constante no art. 242 do Código Penal Brasileiro, este tipo de adoção tem sido reconhecido pela jurisprudência brasileira quando constatada a filiação socioafetiva, em respeito ao princípio do melhor interesse da criança. Ressalta-se que ‘não se trata de uma adoção tecnicamente considerada, mas poderá ter efeitos jurídicos protegidos pelo sistema’.

Notadamente, legitimar a proteção aos efeitos jurídicos da adoção à brasileira não significa instrumentalizá-lo em detrimento dos demais procedimentos formais chancelados pelo Estado. Ou seja, muito embora seja garantida a proteção à filiação socioafetiva que não respeitou a regulamentação sobre o tema, é preciso problematizar as consequências do aumento desta prática no seio das relações familiares dentro do contexto brasileiro. Isso porque o objeto final de todas elas sempre será a criança em desenvolvimento, sujeito de direito, dotada de dignidade e detentora das garantias constitucionais de prioridade absoluta e proteção integral. É dizer, não se trata de meros indivíduos flutuantes ao sabor das irresponsabilidades alheias, razão pela qual se preza pelo cuidado ao produto final de quaisquer atos civis decorrentes da filiação e da parentalidade.

A despeito da filiação socioafetiva ganhar espaço jurisprudencial e reconhecimento no âmbito jurídico, especialmente no último ano por força da Resolução nº 63 do CNJ<sup>70</sup>, cumpre lembrar que existe um contraponto a ser observado nesta seara, de maneira complexa: ao publicar o aludido provimento, o CNJ abriu caminho para mais uma forma de burlar o procedimento judicial de adoção, fortalecendo métodos de justificar a adoção à brasileira, pela extrajudicialidade da parentalidade. Isso porque, ao determinar que os cartórios diretamente

---

<sup>69</sup> PEREIRA, Tânia da Silva; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (organizador). **Tratado de Direito das Famílias**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015, p. 400.

<sup>70</sup> BRASIL. “**Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos postos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida**”. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3380>>. Acesso em 15.nov.18.

averbassem o vínculo socioafetivo entre pais e filhos, desvinculou-se do Estado o controle e a tutela deste tipo de adoção. Nesta perspectiva é a crítica dos juristas, que entendem o provimento como problemático no sentido de viabilizar meios de desvio dos trâmites fixados em lei. Não há como negar que o controle jurisdicional pode ser prejudicado pela edição do provimento em pauta.

Ao que parece, a iniciativa do CNJ destoa da finalidade da proteção ao instituto da adoção, que, em maior ou menor grau, poderá perder adeptos sob o argumento de que a extrajudicialização viabiliza o exercício da parentalidade, bem como da filiação por meio de tal provimento.

Porém, há que se ressaltar em primeiro momento, a intenção legislativa é boa e válida, ao passo que, quando feita uma compreensão mais aprofundada sobre o tema, é possível vislumbrar uma ruptura na lógica jurisdicional estabelecida até então no âmbito da adoção. Isto é, levanta-se a discussão da efetividade do exercício da filiação socioafetiva, sobretudo, de recém-nascidos, nas palavras de Laira Carone Rachid Domith e Ana Cristina Koch Torres de Assis, na Revista de Direito de Família e Sucessões:

O Provimento 63 do CNJ não se refere, em momento algum, a como deverá agir o tabelião em caso de recém-nascido, não impondo prazo mínimo para que pai, mãe e filho socioafetivos realmente experienciem este vínculo parental que será objeto de registro, motivo pelo qual receia-se que o conceito de socioafetividade possa acabar banalizado. (...) A análise da problemática passa a residir, portanto, no atuar do registrador: se não se pode falar em parentalidade socioafetiva de recém-nascido, deveria o responsável pelo registro alegar manifesta má-fé daqueles que pretendem proceder ao referido reconhecimento, restando-lhes a via judicial para buscarem êxito nesta empreitada? Ou não se poderia alegar a má-fé, já que o próprio Provimento 63 prevê que o reconhecimento voluntário de parentalidade socioafetiva de pessoa de qualquer idade? *Não parece acertado enquadrar a vontade registral de quem já se sente pai ou mãe de alguém* – ainda que o vínculo esteja apenas sendo iniciado e ainda precise se desenvolver para que reste configurada a socioafetividade – como conduta ardilosa a denotar má-fé, fraude, falsidade ou simulação. *Como o recém nascido não consegue se expressar acerca da efetiva existência e do registro da parentalidade socioafetiva, quando seus pais anuem com este reconhecimento restar-se-ia configurado vício na vontade do bebê?*<sup>71</sup> – grifei

---

<sup>71</sup> BRASIL. DOMITH, Laira Carone Rachid; ASSIS, de. Ana Cristina Koch Torres. “O Risco de Desnaturação do Conceito de Socioafetividade pelo Provimento 63 do CNJ”, **Revista de Direito de Família e Sucessão pp. 13 e 14**. Disponível em <[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/4026-13162-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/4026-13162-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em 15.nov.18.

Trata-se aqui de uma discussão a respeito do princípio da afetividade e a falta de fiscalização do Estado quanto ao melhor interesse da criança nos casos de registro de filhos socioafetivos, principalmente daqueles que são recém-nascidos. Ao correlacionar o assunto a adoção à brasileira, as duas autoras do artigo retratam a seguinte distinção:

A diferença entre as condutas é a de que nos dois primeiros exemplos a conduta é velada, não é exposta para o registrador, já que constitui crime. Já no caso do registro da parentalidade socioafetiva de recém-nascido o registrador é avisado sobre a natureza do registro que se pretende fazer e tal conduta, a priori, numa leitura desatenta e superficial, parece estar encampada pelo Provimento 63, que não faz nenhuma ressalva sobre esta situação específica<sup>72</sup>.

Portanto, evidencia-se que o referido Provimento do CNJ contribuiu, junto com a adoção à brasileira, para estimular métodos de lesar o sistema de adoção contemporâneo no país, o que, certamente, precisa ser considerado para a compreensão de hipóteses e alternativas à metodologia falha que ele mostrou ser.

Neste sentido, a próxima e última parte do presente trabalho pretende abordar eventuais saídas aos problemas apresentados, de maneira crítica e reflexiva, com a finalidade de contribuir para a criação de ferramentas eficientes e chamativas ao público que se destina, dentro da lógica de direitos fundamentais, da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse da criança.

### **3.3. Hipóteses contributivas: soluções legais à burocratização da adoção.**

Para desfazer o caminho extenso e árduo que os pretendentes à adoção são obrigados a percorrer com a finalidade de adotar uma criança ou um adolescente, é necessário reconhecer a carência de efetividade do sistema adotivo atual. Com isso, a próxima etapa para repensar o modelo de adoção no Brasil é aquela que percebe a realidade dos fatos, no âmbito espacial e temporal, para contextualizar medidas verdadeiramente concretas aptas a ensejar um novo resultado: em primeiro lugar, remodelar o regulamento do instituto em questão é essencial. Tal procedimento tende a conduzir a legislação a uma segurança jurídica, o que desperta confiança daqueles que se desestimulam frente aos trâmites demorados e excessivamente onerosos.

---

<sup>72</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 15 e 16.

Neste sentido, a aprovação do Projeto de um Novo Estatuto que trata da adoção merece atenção especial para uma hipótese positiva no tema. Isso porque, ao delinear novos regramentos ao procedimento de habilitação, uma nova ordem estatutária concentrada unicamente em dirimir questões advindas da adoção traria uniformidade e segurança para esta seara. O citado projeto Projeto de Lei 394/2017 foi apresentado no subtópico anterior, e recebeu contribuições de juristas atuantes na causa infanto-juvenil, por iniciativa do IBDFAM.

Nas palavras de Maria Berenice Dias, o “seu propósito é exclusivamente atender ao comando constitucional que garante a crianças e adolescentes o direito à convivência familiar. Para isso são necessários procedimentos mais ágeis.”<sup>73</sup> Ainda para ela, outras medidas são obrigatórias para o êxito de um instituto hoje aparentemente falido:

(...) é indispensável estancar as chamadas “adoções diretas” que, em alguns estados, corresponde a 90% da entrega de crianças, sem a participação do poder público. Também é necessário retirar do Poder Judiciário – que não tem estrutura para tal – o encargo de caçar parentes na tentativa de entregar-lhes crianças que não têm para com eles vínculo de afinidade e afetividade. Além disso, a entrega à família extensa merece o devido acompanhamento, pois 80% das devoluções são feitas pelos parentes que estavam com a guarda. Igualmente é preciso garantir acesso dos grupos de apoio à adoção e dos candidatos à adoção, às instituições de abrigamento. É a única forma de dar a grupos de irmãos, a adolescentes, e a crianças doentes ou deficientes a chance de serem adotadas<sup>74</sup>.

Além da proposta ofertada pelo aludido Estatuto da Adoção, outra proposição viável para contribuir no aperfeiçoamento da adoção no Brasil é a adesão por todos os tribunais do país de uma campanha protagonizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (“TJES”), denominada de “Campanha Esperando por Você”<sup>75</sup>, que visa à divulgação da condição fática das crianças e dos adolescentes que aguardam uma família, trazendo características marcantes de cada uma, acompanhadas de metas de vida e sonhos, tudo compilado em um vídeo, com breve resumo. Esta é uma prática atrativa aos pretendentes, pois aproxima os infantes de seus possíveis pais e incentiva o conhecimento mais aprofundado de cada um deles. Comprovadamente positiva para o sucesso nas adoções, o sítio eletrônico do TJES divulgou

---

<sup>73</sup> DIAS, Maria Berenice. “Adoção: um direito que não existe”. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6535/Ado%C3%A7%C3%A3o%3A+um+direito+que+n%C3%A3o+existe>>. Acesso em 15.nov.18.

<sup>74</sup> DIAS, Maria Berenice. “Adoção: um direito que não existe”. Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6535/Ado%C3%A7%C3%A3o%3A+um+direito+que+n%C3%A3o+existe>>. Acesso em 15.nov.18.

<sup>75</sup> BRASIL. **Campanha Esperando por Você**. Disponível em <<http://www.tjes.jus.br/esperandoporvoce/>>. Acesso em 15.nov.18

nota no dia 11 de outubro de 2017 a respeito do bom resultado da campanha da adoção tardia, de que trata este parágrafo.<sup>76</sup>

Não se pode negar a urgência da adoção daqueles infantes que se encontram em idade mais adiantada, já que, em sua maioria, os pretendentes não adotariam crianças de faixas etárias mais avançadas.

Por esta razão, é importante notar que este tipo de política pública pode representar relevante progresso no sistema adotivo que hoje se apresenta moroso e burocrático, sobretudo para adolescentes, visivelmente com esperanças reduzidas de encontrar uma família e receber a efetiva tutela de seus direitos fundamentais enquanto sujeito de direitos. Desta forma, se mais estados aderissem à mesma campanha, possivelmente, agilizar-se-ia os cadastros de adoção, sem despendar grandes gastos do Erário e de maneira simples, mas eficiente.

Somam-se às propostas de intervenção aos problemas elencados neste trabalho uma hipótese de incentivos fiscais no âmbito estadual ou federal, para algum tipo de criança, por exemplo, os deficientes ou que possuem irmãos. Em verdade, um projeto de lei já foi elaborado nestes contornos há décadas na Câmara dos Deputados, e, no momento presente, encontra-se arquivado.

Com o objetivo de estimular a adoção, o Projeto de Lei nº 362/1995<sup>77</sup> dispunha da possibilidade de “dedução do Imposto de Renda por dependente, para o dobro, nos primeiros cinco anos da adoção, e de uma vez e meia, do sexto ao décimo ano”. Este é uma das iniciativas legislativas que buscam impulsionar o instituto da adoção por meio de incentivos fiscais ou de medidas assistencialistas, tendo as demais correlatas elencadas na nota técnica da Câmara dos Deputados acerca do “Incentivo Financeiro à Adoção”, de autoria de Symone Maria Machado Bonfim<sup>78</sup>.

<sup>76</sup> BRASIL. “No dia das crianças, Tribunal de Justiça do Espírito Santo comemora o sucesso da campanha de adoção tardia”. Disponível em <<http://www.tjes.jus.br/no-dia-das-criancas-tjes-comemora-o-sucesso-da-campanha-de-adocao-tardia/>>. Acesso em 15.nov.18

<sup>77</sup> BRASIL. **Projeto de lei 362/1995**. “Dispõe sobre o estímulo à guarda e adoção de criança ou adolescente orfão ou abandonado.” Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15356>>. Acesso em 15.nov.18

<sup>78</sup> BRASIL. Nota técnica. “**Incentivo Financeiro à Adoção de Crianças**”. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/arquivos-pdf/pdf/309191.pdf>>. Acesso em 15.nov.18

Por fim, é de boa sugestão, também, na esfera pré-judicial, a criação de políticas de divulgação ampla das informações a respeito dos trâmites a serem seguidos. Em primeira instância, esta contribuição aparenta leviana e superficial, mas, em maior profundidade, esta se revela imprescindível para a fluidez dos processos de habilitação.

É dizer, a dinâmica das informações precisa ser repensada, ao passo que, como se apresenta hoje, transforma o procedimento ainda mais demorado: a falta de informação sobre os passos a serem conduzidos até que se chegue a fase processual transforma o sistema de adoção menos eficaz e mais desestimulante para os pretendentes. Não é raro ver pessoas que pretendem adotar relatarem a dificuldade do acesso à informação sobre o seu próprio momento pré-processual, a começar pelas reuniões com a equipe multidisciplinar de caráter obrigatório para a habilitação.

Fato é que há poucas reuniões desta modalidade disponíveis aos pretendentes, que, se por algum motivo não podem estar presentes no local, perdem um mês inteiro, já que não há outra reunião substitutiva desta que possam ir para suprir o requisito mínimo de presenças nelas.

Neste diapasão, há que se viabilizar um número maior de reuniões, em horários diversos, de modo a agilizar a etapa pré-judicial em que se encontram os adotantes. Além disto, pode-se destacar a necessidade de alcance das demais informações relativas ao processo de habilitação, bem como das leis que protegem a mãe que deseja entregar a criança no ato do parto, a título de exemplo. Isso porque é desconhecimento de muitos que a referida entrega não constitui crime, diferentemente do caso da adoção à brasileira, sendo esta última tipo penal, notadamente do art. 242, CP.

É cabível a compreensão de que são muitas as alternativas admissíveis à lógica da adoção para que se redesenhe o procedimento de adoção, com o objetivo de superar o uso do expediente legal e consecutivo desvio da fila de pretendentes.

Contudo, mais que um conjunto teórico que burocratiza ainda mais todo o procedimento, é preciso – e, por que não, urgente – um olhar crítico sobre a realidade brasileira: o que, em verdade, pode transformar o sistema em um instrumento de materialização da dignidade



humana para cada criança abandonada, substanciando a função social do direito e seu fim último, tutelar direitos e preservar garantias, com a fixação de deveres laterais e principais de conduta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se desenvolveu pela análise crítica acerca da adoção no Brasil, a partir da compreensão histórica do abandono infantil e da visão legislativa a respeito da construção das famílias no direito brasileiro. O caminho percorrido em direção à conclusão passou pela avaliação da atividade legislativa no país sobre o tema, que se iniciou nas Ordenações Filipinas, ocasião em que o direito ali configurado guardava relação com o direito português, passando mais adiante pelo Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, pela Consolidação das Leis Civis de Teixeira de Freitas e pela Nova Consolidação das Leis Civis de Carlos de Carvalho, com sua publicação em 1915. No entanto, foi possível observar que o instituto aqui pesquisado ganhou mais forma somente a partir do Código Civil de 1916 e seguiu recebendo regulamentações nas leis adiante.

Na edificação do raciocínio deste trabalho, foi possível notar que o legislador, apesar de munido de boas intenções – sobretudo de proteção à criança e ao adolescente -, estabeleceu procedimentos burocráticos em excesso, o que produziu efeitos contrários ao esperado: ao invés de agilizar a habilitação à adoção e solucionar o problema de milhares de crianças desprovidas de uma família, criou-se um sistema que ainda se mantém altamente moroso e descreditado por parte dos seus interessados.

Isso porque os trâmites obrigatórios tanto na fase extrajudicial quanto na fase judicial se mostram descompassados com a real necessidade para o qual o direito se presta nesta mediação entre o infante e os pretendentes. É dizer, a dificuldade no acesso à adoção tornou-a passível de questionamentos pelos juristas, no sentido de que é urgente um redimensionamento dos critérios fixados em lei para conceder a adoção.

Muito embora a Constituição Federal de 1988 e as leis subsequentes que regem o tema busquem garantir a dignidade humana das crianças em desenvolvimento, ela ainda não foi alcançada no que toca a adoção. Este é o principal motivo pelo qual ainda hoje é possível perceber um incontável número de pessoas que se utilizam da informalidade para adotar. Nesse contexto, o uso do expediente ilegal em detrimento do controle jurisdicional pelos processos judiciais revela uma alternativa não codificada em lei para o problema da burocracia e respectiva morosidade na adoção.

Assim, o presente trabalho buscou soluções pautadas na legalidade e no intermédio do Estado para as relações socioafetivas de adoção, com o objetivo de contribuir, em menor ou maior grau, para um (re)pensar no direito de família e no direito da criança e do adolescente a respeito da adoção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Cláudia. Transição para a idade adulta: Das condições sociais às implicações psicológicas. **Aná. Psicológica**, Lisboa, v. 28, n. 2, abr. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312010000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312010000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 03/10/2018.

BRASIL. **Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro “A” e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.** Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3380>>. Acesso em 15/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Campanha Esperando por Você.** Disponível em <<http://www.tjes.jus.br/esperandoporvoce/>>. Acesso em 15/11/2018.

\_\_\_\_\_. **No dia das crianças, Tribunal de Justiça do Espírito Santo comemora o sucesso da campanha de adoção tardia.** Disponível em <<http://www.tjes.jus.br/no-dia-das-criancas-tjes-comemora-o-sucesso-da-campanha-de-adoacao-tardia/>>. Acesso em 15/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Projeto de lei 362/1995.** “Dispõe sobre o estímulo à guarda e adoção de criança ou adolescente órfão ou abandonado”. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=15356>>. Acesso em 15/11/2018.

\_\_\_\_\_. Nota técnica. **Incentivo Financeiro à Adoção de Crianças.** Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/arquivos-pdf/pdf/309191.pdf>>. Acesso em 15/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Adoção: um direito que não existe.** Disponível em <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6535/Ado%C3%A7%C3%A3o%3A+um+direito+que+n%C3%A3o+existe>> acesso em 13/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.509/2017.** “Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm)>. Acesso em 14/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei prioriza adoção de grupos de irmãos e adolescentes com problemas de saúde.** Disponível em <http://www.oestadoce.com.br/cadernos/direitoejustica/lei-prioriza-adocao-de-grupos-de-irmaos-e-adolescentes-com-problemas-de-saude>>. Acesso em 14/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Adoção.** “Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente”. Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/estatuto.pdf>>. Acesso em 13/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Dois anos após a edição, lei que prioriza adoção de crianças com deficiência tem pouco resultado.** Disponível em <http://ibdfam.org.br/noticias/5904/Dois+anos+apos+edicao+lei+que+prioriza+adocao>> Acesso em 13/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Larissa: quebrando a barreira da adoção de crianças com deficiência.** Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86328-larissa-quebrando-a-barreira-da-adocao-de-criancas-com-deficiencia-2>>. Acesso em 13/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Três vivas para a adoção – guia para adoção de crianças e adolescentes.** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/05/085549ad1ee68b11de13a0e037d6e95b.pdf>>. Acesso em 05/11/2018.

\_\_\_\_\_. **Ato Executivo 4065/2009.** Disponível em [http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/asp/textos\\_main.asp?codigo=135309&desc=ti&servidor=1&iBanner=&iIdioma=0](http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/asp/textos_main.asp?codigo=135309&desc=ti&servidor=1&iBanner=&iIdioma=0)>. Acesso em 09/10/2018.

\_\_\_\_\_. **Quarta Turma acolhe pedido de adoção póstuma que apresentou prova inequívoca de vínculo familiar.** Disponível em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Quarta-Turma-acolhe-pedido-de-ado%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3stuma-que-apresentou-prova-inequ%C3%ADvoca-de-v%C3%ADnculo-familiar](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Quarta-Turma-acolhe-pedido-de-ado%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3stuma-que-apresentou-prova-inequ%C3%ADvoca-de-v%C3%ADnculo-familiar)>. Acesso em 12.10.2018

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.087 de 21 de Junho de 1999.** Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de Maio de 1993. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3087.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3087.htm)>. Acesso em 13/10/2018.

\_\_\_\_\_. **Roda dos Expostos: primeiro programa de assistencialismo a criança – 1726-1950.** Disponível em: <<http://almanaque.weebly.com/roda-dos-expostos.html>>. Acesso em 02/09/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de 22 de setembro de 1828.** Extingue os Tribunaes das Mesas do Desembargador do Paço e da Consciência e Ordens e regula a expedição dos negocios que lhes pertenciam e ficam subsistindo. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html)>. Acesso em 03.set.2018

\_\_\_\_\_. **Lei 3.133/57.** Atualiza o instituto da adoção no código civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm)>. Acesso em 12/09/2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 99.710 de novembro de 1990.** Promulga a Convenção sobre os Direitos das Crianças. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)>. Acesso em 22/10/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.069/90.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em 03/10/2018.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1.613.641/MG**, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 23/05/2017, DJe 29/05/2017. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201402912140&dt\\_publicacao=29/05/2017](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201402912140&dt_publicacao=29/05/2017)>. Acesso em 13/10/2018

CARVALHO, Dimas Messias de. **Direito das famílias.** 4. Edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

CHAVES, Antônio. **Adoção, Adoção Simples, Adoção Plena.** São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 1983.

CUNHA, Tainara Mendes. A evolução histórica do instituto da adoção. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 28 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.34641&seo=1>>. Acesso em: 12/09/2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Famílias.** 10ª Edição Rev., Atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

\_\_\_\_\_, *Apud* Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 10ª Edição. Salvador. Ed. JusPodivm, 2018

DINIZ, Maria Helena de. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**. 22. ed. rev. Atual. São Paulo: Saraiva. 2007. v.5.

DOMITH, Laira Carone Rachid; ASSIS, de. Ana Cristina Koch Torres. “O Risco de Desnaturalização do Conceito de Socioafetividade pelo Provimento 63 do CNJ”, **Revista de Direito de Família e Sucessão**, pp. 13 e 14. Disponível em <[file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/4026-13162-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/4026-13162-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em 15/11/2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: famílias**. 10ª Edição. Salvador: Ed. JusPodivm, 2018.

FERREIRA, Bruno. **Roda dos Expostos: Primeiro Programa de Assistencialismo a criança – 1726-1950**. Disponível em: <<http://almanaque.weebly.com/roda-dos-expostos.html>>. Acesso em 02/09/2018.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

LIMA, Fernanda da Silva; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente: a Necesária Efeitição dos Direitos Fundamentais**. Volume V, Coleção “Pensando o Direito no Século XXI”. Santa Catarina: Fundação Boiteux, 2012.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. 4ª ed. São Paulo, Saraiva, 2011.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos práticos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Lumen Juris, 2007.

MARCÍLIO, Maria Luisa. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil 1726-1950. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Instituições de Direito Civil: volume V: família**. São Paulo: ed. Revista dos Tribunais, 2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições do Direito Civil**. Volume V. 19ª edição. Rio de Janeiro: editora Forense, 2011.

\_\_\_\_\_. *apud*, GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção: doutrina e prática**. 2 ed. Curitiba, 2013.

PEREIRA, Tânia da Silva. Em busca do melhor interesse da criança. In: **LE MONDE DIPLOMATIQUE Brasil**. Encarte especial baseado na palestras e debates do seminário Além da adoção, realizado em 29 de agosto, no Teatro Eva Hertz, em São Paulo. São Paulo, out. 2011.

\_\_\_\_\_. ; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (organizador). **Tratado de Direito das Famílias**. Belo Horizonte: IBDFAM, 2015.

PEREIRA, Tania da Silva. **Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

\_\_\_\_\_. **Direito de Família e o Novo Código Civil – Adoção**. Coordenadores Maria Berenice Dias e Rodrigo da Cunha Pereira. 2ª ed., 2ª tir, Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. In: A família na travessia do milênio. **Anais do II Congresso Brasileiro de Direito de Família**. Belo Horizonte: IBDFAM: OAB-MG: Del Rey, 2000.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de direito penal juvenil: adolescente e ato infracional**. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional**. Malheiros Editores. 24ª Edição. São Paulo. 2005.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, Set. 1999 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 02/09/2018.

UBA, Vanessa Círio; KOESTER, Fernanda Cristina. Adoção Tardia e a Constituição da Família: uma Análise Jurídico-Social. **Publica Direito**. 2011, p. 12. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=37d0b499fb84a552>>. Acesso em 08/11/2018.